



CÓD: OP-011ST-24  
7908403560998

# TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

450 Questões Gabaritadas  
Oficial de Justiça

**GABARITANDO**

## **Questões Gabaritadas:**

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Direito Penal .....	27
3. Direito Processual Penal .....	35
4. Direito Processual Civil.....	45
5. Direito Constitucional .....	57
6. Direito Administrativo.....	69
7. Direito Civil.....	83
8. Legislação Especial.....	95
9. Matemática.....	107
10. Informática.....	117

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. VUNESP - 2022

Leia o texto para responder à questão seguinte.

“O Plantador de Abóboras”, de Luís Cardoso, é a primeira obra de um autor oriundo do Timor Leste a receber o prêmio Oceanos, **embora** ele viva em Portugal há tempos.

Em linhas gerais, o romance esboça a história daquele país a partir das memórias de uma mulher vestida de noiva que imagina conversar com um recém-chegado, que lhe toma as mãos e lhe pede, misteriosamente, para “semear abóboras”.

(...)

Em síntese, diria que “O Plantador de Abóboras” opera de modo a substituir a história pela memória; a ideologia pela mitologia; a ação narrativa pela intertextualidade simbólica. Tudo isso compõe o noivado que está prometido no romance.

É, **pois**, um tipo de obra que evoca o passado e, ao mesmo tempo, tem pressa em deixá-lo para trás com as suas invasões estrangeiras, massacres e lutas sectárias. Arrisca-se, **porém**, a produzir uma folclorização da história em construção do Timor Leste, muito aquém da grandeza trágica do país.

(Alcir Pécora, “‘Plantador de Abóboras’ está aquém da grandeza trágica do Timor Leste”. Em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada>, 18.06.2022. Adaptado)

Os substantivos que flexionam no plural da mesma forma que o substantivo “recém-chegado” são:

- (A) guarda-noturno e guarda-roupa.
- (B) bem-estar e abaixo-assinado.
- (C) bem-te-vi e flor-de-lis.
- (D) bem-vindo e meio-dia.
- (E) reco-reco e pé-de-cabra.

## 2. VUNESP - 2023

O público, depois de deixar bolsas e casacos **no guarda-volumes**, dirigiu-se para a sala de espetáculos e viu, sobre o palco, **um tapete azul-escuro** e um microfone decorado com **fió verde-esmeralda** com várias luzes.

Passando-se as expressões destacadas no texto para o plural, obtêm-se **corretamente**:

- (A) nos guarda-volumes; tapetes azul-escuros; fios verde-esmeralda
- (B) nos guarda-volumes; tapetes azuis-escuros; fios verde-esmeraldas
- (C) nos guarda-volumes; tapetes azuis-escuro; fios verde-esmeraldas
- (D) nos guardas-volumes; tapetes azul-escuros; fios verde-esmeralda
- (E) nos guardas-volumes; tapetes azuis-escuros; fios verde-esmeraldas

## 3. VUNESP - 2023

### *Redes de Risco*

Novas tecnologias de comunicação despertam fascínio quando surgem e, depois, preocupação, até pânico. Foi assim com o cinema, a televisão e, neste século 21, é o que se passa com as redes sociais.

Na quarta, 24 de maio, o médico e secretário de Saúde dos EUA, Vivek Murthy, emitiu um alerta sobre os riscos dessas mídias. O relatório afirma que, apesar de a ciência ainda não ter alcançado consenso a respeito, há fortes indícios de que elas possam prejudicar a saúde física e mental dos mais jovens.

Há pesquisas que mostram que o sistema de recompensa das redes sociais, por meio das chamadas “curtidas”, estimula processos neurológicos similares aos verificados em dependentes químicos; já outras revelam benefícios, como conexão emocional e comunitária entre os jovens.

A falta de consenso leva o relatório americano a pedir por um esforço científico de investigação. Enquanto isso, medidas vão sendo tomadas. Em março, Utah proibiu que menores de 18 anos tenham contas em redes sem a anuência de pais ou responsáveis.

Entretanto, em vez da proibição, especialistas apontam para a importância da educação digital. O objetivo deve ser capacitar crianças e adolescentes para lidarem com a poluição informacional das redes: diferenciar textos opinativos de noticiosos, investigar a veracidade das informações, produzir conteúdos com responsabilidade, proteger a privacidade, reconhecer abusos e buscar ajuda, quando necessário.

Assim, busca-se a redução dos potenciais efeitos nocivos das *fake news*, do discurso de ódio, da superexposição e do *cyberbullying* – que podem gerar ou agravar transtornos mentais.

Pela disseminação recente e pelas mudanças provocadas, é natural que o uso das redes sociais gerem um alerta sobre os riscos dessas mídias, preocupação e até medo. Mas o conhecimento obtido pela ciência e pela educação é a forma mais sensata de lidar com as adversidades.

similares aos verificados em dependentes químicos  
(Editorial, Folha de S.Paulo, 25.05.2023. Adaptado)

A preposição destacada expressa sentido de finalidade em:

- (A) ... emitii um alerta **sobre** os riscos dessas mídias. (2º parágrafo)
- (B) ... similares aos verificados **em** dependentes químicos... (3º parágrafo)
- (C) ... contas em redes **sem** a anuência de pais ou responsáveis. (4º parágrafo)
- (D) ... para lidarem **com** a poluição informacional das redes... (5º parágrafo)
- (E) ... é a forma mais sensata **de** lidar com as adversidades. (7º parágrafo)

#### 4. VUNESP - 2022

Leia o texto para responder a questão.

*Profusão de gênios é a expressão da nossa decadência cultural*

Não me lembro da última vez que li uma crítica literária severa. Essas raridades praticamente inexistem: tudo é genial, ou quase genial.

Hoje os gênios, e não os medíocres, são a maioria – o que não deixa de ser uma contradição com aquilo que sabemos ou intuimos sobre a genialidade (e a mediocridade). Não deveria ser ao contrário? Uma abundância de medíocres e uma escassez de verdadeiros talentos?

E não é exclusivo dos livros. Tempos atrás, o crítico de teatro Lloyd Evans indignava-se justamente por já não haver vaia no teatro. Durante toda a sua história, desde a Grécia Antiga, o público sempre castigou as más peças ou os maus atores com assobios e outras sonoridades.

Atualmente, qualquer espetáculo é recebido com aplausos festivos. E, quando isso não acontece, é por razões extrateatrais. Um exemplo recente: no musical “Cinderela”, de Andrew Lloyd Webber, o público protestou, mas não pela qualidade da obra. A causa da indignação foi uma carta do próprio Webber em que ele se referia a “Cinderela” como “um erro dispendioso”.

Eis o estado a que se chegou: nem ao autor é permitido um gesto de autocrítica. Como explicar esse clima enojativo de elogios? Cabeças otimistas dirão que as letras e as artes nunca estiveram tão bem, com dezenas de obras-primas todas as semanas.

Cabeças humanistas dirão que as críticas implacáveis fazem parte de um passado em que o gosto de ver sangue era maior do que a vontade de informar ou ilustrar. Eu prefiro as cabeças realistas, para quem a generosidade crítica se explica pela ignorância de quem não sabe “discriminar”.

Discriminar pode, dependendo do contexto, significar agir preconceituosamente. No entanto, a discriminação, quando entendida como capacidade de separar a excelência da mediania e do lixo, é um processo vital para qualquer cultura que se preze. Os leitores e os autores precisam de críticas antipáticas. Nem que seja para confrontar as suas certezas e confortos com um banho de exigência.

Como autor, agradeço todas as tarefas\* honestas de quem soube furar, com conhecimento de causa, as minhas derivas autocomplacentes. Não digo nomes, até porque tenciono vingar-me um dia com a mesma honestidade, mas eles nem imaginam como afinaram a minha pena.

A bondade crítica que corrompe artistas e público é a expressão máxima da decadência cultural: uma forma preguiçosa de multiplicar gênios pela incapacidade de reconhecer um talento que seja.

(João Pereira Coutinho. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2022/06/profusao-de-genios-sem-talento-e-a-expressaoda-nossa-decadencia-cultural.shtml> Publicado em 27.06.2022. Adaptado)

\* tarefas: pancadas, sova, maus-tratos

A preposição destacada contribui para expressar causa em:

- (A) Durante toda a sua história, **desde** a Grécia Antiga, o público sempre castigou...
- (B) ... o público protestou, mas não **pela** qualidade da obra.
- (C) A causa **da** indignação foi uma carta do próprio Webber...
- (D) ... nem ao autor é permitido um gesto **de** autocrítica
- (E) ... fazem parte de um passado, **em** que o gosto de ver sangue era maior...

#### 5. VUNESP - 2023

**Texto**

*Hora do pesadelo*

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180

a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos

de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opinio.estado.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

(A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)

(B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)

(C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)

(D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)

(E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

## 6. VUNESP - 2023

### Texto

No final do século XIX, em Nova Iorque, as bananas eram vendidas a preços tão baixos que se tornaram um alimento popular. A Fruit Company inunda as cidades da América do Norte com excelentes bananas e todos, industriais, comerciantes e consumidores, ficam felizes. Para todo mundo, com exceção dos produtores, ou seja, os agricultores, cuja vergonhosa exploração nunca cessou desde que o fruto chegou à América trazido pelos espanhóis, a comercialização da banana passou a ser um ótimo negócio.

Porém, se, por um lado, o consumo crescente da banana melhorou a alimentação de uma população acostumada a outros alimentos de baixo custo, por outro, levantou o problema de como eliminar a quantidade de resíduos produzidos por esse consumo. Em menos de uma geração, as cascas de banana se tornaram um dos resíduos mais comuns nas ruas de Nova Iorque. Não que o problema fosse a banana, é claro. A Nova Iorque do final do século XIX não se destaca pela limpeza nem pela ordem de suas ruas. Longe disso. Na prática, as cascas eram simplesmente jogadas na rua. Não havia programa de saneamento urba-

no nem sistema de coleta de lixo. Este formava nas ruas pilhas tão grandes que chegavam a impedir a passagem. Os jornais da época falam de desvios contínuos no tráfego pela simples necessidade de contornar vias intransitáveis em decorrência da quantidade de lixo. Bairros inteiros, em virtude de suas condições higiênicas, foram considerados infrequêntáveis.

Mesmo fora desses bairros, a cidade era tomada pelo lixo. O que fazer então? Uma das soluções concebidas pela prefeitura de Nova Iorque demonstra, em sua simplicidade, toda a genialidade prática dos americanos. O que se faz com os resíduos nas fazendas? Simples: são dados aos porcos. Então, por que não fazer o mesmo na cidade? Dito e feito. Dezenas de milhares de porcos foram transportados do campo para a cidade e deixados livres para circular pelas ruas de Nova Iorque para se alimentar do lixo da cidade. Hoje pareceria uma solução desesperada, mas pensemos nos gritantes aspectos práticos da questão: a remoção da maior parte do lixo e sua transformação em carne suína de qualidade.

(Stefano Mancuso. *A planta do mundo*. Adaptado)

Leia o trecho:

- Bairros inteiros, **em virtude de suas condições higiênicas**, foram considerados infrequêntáveis. (2º parágrafo)

A expressão em destaque apresenta sentido de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) concessão.
- (D) causa.
- (E) condição.

### 7. VUNESP - 2022

Leia o texto para responder à questão seguinte.

“O Plantador de Abóboras”, de Luís Cardoso, é a primeira obra de um autor oriundo do Timor Leste a receber o prêmio Oceanos, embora ele viva em Portugal há tempos. Em linhas gerais, o romance esboça a história daquele país a partir das memórias de uma mulher vestida de noiva que imagina conversar com um recém-chegado, que lhe toma as mãos e lhe pede, misteriosamente, para “semear abóboras”.

(...)

Em síntese, diria que “O Plantador de Abóboras” opera de modo a substituir a história pela memória; a ideologia pela mitologia; a ação narrativa pela intertextualidade simbólica. Tudo isso compõe o noivado que está prometido no romance.

É, pois, um tipo de obra que evoca o passado e, ao mesmo tempo, tem pressa em deixá-lo para trás com as suas invasões estrangeiras, massacres e lutas sectárias. Arrisca-se, porém, a produzir uma folclorização da história em construção do Timor Leste, muito aquém da grandeza trágica do país.

(Alcir Pécora, “‘Plantador de Abóboras’ está aquém da grandeza trágica do Timor Leste”. Em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada>, 18.06.2022. Adaptado)

As conjunções destacadas no texto – **embora, pois e porém** – estabelecem entre as orações, correta e respectivamente, relações de sentido de

- (A) concessão, conclusão e adversidade.
- (B) explicação, causa e conclusão.
- (C) adversidade, explicação e finalidade.
- (D) finalidade, conclusão e causa.
- (E) conformidade, explicação e concessão.

### 8. VUNESP - 2022

Leia o texto para responder a questão.

*Profusão de gênios é a expressão da nossa decadência cultural*

Não me lembro da última vez que li uma crítica literária severa. Essas raridades praticamente inexistem: tudo é genial, ou quase genial.

Hoje os gênios, e não os medíocres, são a maioria – o que não deixa de ser uma contradição com aquilo que sabemos ou intuímos sobre a genialidade (e a mediocridade). Não deveria ser ao contrário? Uma abundância de medíocres e uma escassez de verdadeiros talentos?

E não é exclusivo dos livros. Tempos atrás, o crítico de teatro Lloyd Evans indignava-se justamente por já não haver vaia no teatro. Durante toda a sua história, desde a Grécia Antiga, o público sempre castigou as más peças ou os maus atores com assobios e outras sonoridades.

Atualmente, qualquer espetáculo é recebido com aplausos festivos. E, quando isso não acontece, é por razões extrateatrais. Um exemplo recente: no musical “Cinderela”, de Andrew Lloyd Webber, o público protestou, mas não pela qualidade da obra. A causa da indignação foi uma carta do próprio Webber em que ele se referia a “Cinderela” como “um erro dispendioso”.

Eis o estado a que se chegou: nem ao autor é permitido um gesto de autocrítica. Como explicar esse clima enjooativo de elogios? Cabeças otimistas dirão que as letras e as artes nunca estiveram tão bem, com dezenas de obras-primas todas as semanas.

# DIREITO PENAL

## 1. VUNESP - 2023

Figure a hipótese em que Caio está condenado por crime e, contra a sentença, interpôs recurso de apelação, ainda não julgado. Por sua vez, Tício fora condenado pelo mesmo crime, contudo, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença condenatória, a pena já está sendo executada. Figure, ainda, que na pendência do recurso de apelação de Caio e durante a execução da pena de Tício, a conduta deixa de ser tipificada criminalmente. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) Caio e Tício terão a punibilidade extinta.
- (B) nenhum dos dois terá a punibilidade extinta.
- (C) Caio será absolvido, e Tício terá a punibilidade extinta.
- (D) apenas Caio terá a punibilidade extinta.
- (E) apenas Tício terá a punibilidade extinta.

## 2. VUNESP - 2022

No que concerne à Lei Penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio *tempus regit actum* é excepcionado para fatos praticados sob vigência de lei temporária.
- (B) Os efeitos penais da sentença condenatória se mantêm íntegros em face da *abolitio criminis*.
- (C) A retroatividade de lei penal mais benéfica é princípio que não encontra exceção.
- (D) A lei excepcional regula fatos que não se sujeitam ao princípio da retroatividade da lei penal posterior mais benéfica.
- (E) A irretroatividade de lei penal mais gravosa é princípio que encontra exceção.

## 3. VUNESP - 2021

É característica da lei excepcional ou temporária

- (A) aplicar-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que já decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- (B) permitir que lei penal mais benéfica, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.

(C) permitir que lei penal mais gravosa, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.

(D) ter efeito ultrativo, regulando fatos praticados depois do seu período de duração ou depois de cessadas as circunstâncias que a determinaram.

## 4. VUNESP - 2022

Considere que João, no dia 01.11, desferiu chutes e socos contra José, na cidade de São Paulo, sendo o caso registrado na Delegacia de Polícia como lesão corporal leve. No dia 04.11, em razão das lesões causadas por João, José tem a perna amputada, na cidade do Rio de Janeiro, o que configura lesão corporal de natureza grave. Por fim, ainda em exclusiva decorrência das lesões causadas por João, José morre em Brasília, no dia 10.11. Nos termos dos artigos 4º e 6º do CP, é correto afirmar que o momento e o lugar do crime são respectivamente

- (A) 01.11 e Rio de Janeiro.
- (B) 10.11 e São Paulo.
- (C) 04.11 e São Paulo.
- (D) 10.11 e Brasília.
- (E) 01.11 e Brasília.

## 5. VUNESP - 2023

Determina o art. 12 do CP: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso”. Trata-se de norma que

- (A) prescreve a aplicação das regras do CP em situação de antinomia.
- (B) prescreve a aplicação do princípio da especialidade.
- (C) prescreve a aplicação do princípio da legalidade.
- (D) privilegia as regras do CP em detrimento da lei especial.
- (E) admite a interpretação analógica em situação de anomia.

**6. VUNESP - 2023**

As regras gerais do Código Penal, nos termos de seu art. 12,

- (A) aplicam-se, apenas, aos fatos incriminados no Código Penal ou leis especiais que assim expressamente prevejam.
- (B) aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
- (C) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for posterior à da Lei.
- (D) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for anterior à da Lei.
- (E) tem primazia sobre as regras de lei especial, quando esta dispuser de modo diverso.

**7. VUNESP - 2022**

Imagine que, a partir de Milão, um hacker invada os sistemas computacionais de um hospital localizado na cidade do Rio de Janeiro e altere, com dolo de matar, a prescrição de medicamentos de um internado, aumentando a dose de um remédio para patamar que até seria aceitável a outros pacientes, mas que para aquele determinado paciente é fatal. Uma enfermeira cumpre à risca a prescrição sem desconfiar da alteração, o que causa a morte do internado. Diante da hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que a conduta da enfermeira não seja penalmente relevante o lugar do crime é o Rio de Janeiro, sendo incorreto afirmar que seja Milão.
- (B) A definição do lugar do crime depende da responsabilização (ou não), no caso concreto, da enfermeira.
- (C) O lugar do crime, para a Lei Penal, é determinado unicamente pelo lugar do resultado, donde se conclui que o crime ocorreu no Rio de Janeiro.
- (D) O crime ocorreu tanto em Milão como no Rio de Janeiro.
- (E) O lugar do crime é unicamente Milão, tendo em vista que a ação da enfermeira não pode ser considerada conduta à luz do Direito Penal.

**8. VUNESP - 2021**

Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em

- (A) aeronaves privadas brasileiras que estejam pousadas em território estrangeiro.
- (B) aeronaves privadas estrangeiras que estejam sobrevoando o território nacional.

- (C) embarcações mercantes brasileiras que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- (D) aeronaves privadas brasileiras que estejam sobrevoando território estrangeiro.

**9. VUNESP - 2022**

A Extraterritorialidade do art. 7º do CP é fenômeno que

- (A) considera o crime praticado tanto no local da ação quanto no local do resultado.
- (B) estabelece que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (C) autoriza a aplicação da lei penal estrangeira a determinados fatos praticados no território nacional.
- (D) considera como território nacional o mar territorial e seu respectivo espaço aéreo.
- (E) prescreve a aplicação da lei penal brasileira a determinados fatos cometidos fora do território nacional.

**10. VUNESP - 2021**

De acordo com o art. 7º do CP, ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes

- (A) que, por tratado, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (B) que, por convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (C) praticados por brasileiros.
- (D) de genocídio, quando o agente for domiciliado no Brasil.

**11. VUNESP - 2020**

Ficam sujeitos à lei brasileira, sem a necessidade do concurso de nenhuma condição, os seguintes crimes cometidos no estrangeiro:

- (A) praticados por brasileiro.
- (B) aqueles que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (C) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (D) praticados em aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.
- (E) praticados em embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

**12. VUNESP - 2021**

Figure que um indivíduo tenha cumprido 6 anos de prisão por um crime cometido no estrangeiro. Por esse mesmo crime, tal indivíduo é regularmente julgado e condenado pela lei penal brasileira à pena de 8 anos de prisão, mas ainda não cumprida. De acordo com a regra do art. 80 do CP, é **correto** afirmar que ele, em território nacional,

- (A) não cumprirá qualquer pena.
- (B) cumprirá 8 anos de prisão.
- (C) cumprirá 6 anos de prisão.
- (D) cumprirá 2 anos de prisão.

**13. VUNESP - 2023**

O art. 38 do CPP estabelece: “salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.” Como o CP trata a matéria?

- (A) De modo idêntico, contudo, não cita literalmente o representante legal e acrescenta que a disposição contrária deve ser expressa.
- (B) De modo idêntico, contudo, estabelece que a instauração de inquérito policial suspende o decurso do prazo.
- (C) De modo semelhante com relação à representação e estabelecendo o prazo de 3 meses para o direito de queixa.
- (D) De modo semelhante com relação à queixa e estabelecendo o prazo de 3 meses para o direito de representação.
- (E) De modo semelhante, contudo, estabelece que o prazo se inicia a partir do momento do fato, independentemente da ciência do ofendido sobre sua autoria.

**14. VUNESP - 2023**

É causa de extinção da punibilidade, nos termos do art. 107 do CP:

- (A) absolvição.
- (B) menoridade.
- (C) perdão judicial.
- (D) inimputabilidade.
- (E) casamento do ofensor com a vítima.

**15. VUNESP - 2023**

É causa impeditiva para a contagem do prazo para a prescrição enquanto não passar em julgado a sentença final:

- (A) o recebimento da denúncia.
- (B) o agente cumprir pena no exterior.

- (C) a não localização do agente.
- (D) o início do cumprimento da pena.

**16. VUNESP - 2023**

Marius é condenado à pena privativa de liberdade de 1 ano 2 meses e, cumulativamente, à pena de 23 dias- -multa. Com relação à prescrição da pena de multa, nos termos do art. 114 do CP, é correto dizer que

- (A) seguirá a regra de prescrição da dívida de valor do Direito Civil.
- (B) ocorrerá em 1 ano.
- (C) ocorrerá em 3 anos.
- (D) ocorrerá em 4 anos.
- (E) ocorrerá em 2 anos.

**17. VUNESP - 2023**

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, hipótese de qualificação do homicídio doloso e de aumento de pena do homicídio culposo.

- (A) Praticado com qualquer arma de fogo; praticado com inobservância de regra técnica de profissão.
- (B) Com emprego de veneno; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- (C) Por motivo fútil; com emprego de meio que possa resultar perigo comum.
- (D) Se o agente foge para evitar prisão em flagrante; se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (E) Praticado para assegurar a ocultação de outro crime; se o agente não procura diminuir as consequências do seu ato.

**18. VUNESP - 2022**

Mévio, almejando ser o único herdeiro do patrimônio dos pais, falecidos em um acidente de carro, decide matar a irmã, criança de 11 anos de idade. À noite, entra no quarto da irmã e coloca uma aranha venenosa na cama, embaixo das cobertas. No dia seguinte, Mévio, ao ingressar no quarto da irmã, encontra sem vida, na cama da criança, a empregada. Sem que Mévio soubesse, a criança, justamente naquela noite, em razão da luz de seu quarto ter queimado, dormiu no quarto da empregada e nada sofreu. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Mévio será punido pelo crime de homicídio culposo, praticado em detrimento da empregada.
- (B) Mévio será punido pelo crime de homicídio doloso, praticado em detrimento da empregada, vez que, por erro, atingiu pessoa diversa da que intencionava matar.

(C) Mévio será punido por dois crimes, homicídio culposo, praticado em detrimento da empregada e tentativa de homicídio, em detrimento da irmã, em concurso formal.

(D) Mévio será punido pelo crime de homicídio doloso, praticado em detrimento da empregada, incidindo, contudo, causa de diminuição da pena, em razão do erro quanto à pessoa.

(E) Mévio será punido por dois crimes, homicídio culposo, praticado em detrimento da empregada e tentativa de homicídio, em detrimento da irmã, em concurso material.

### 19. VUNESP - 2021

A pena do crime do art. 154-A do CP, “invasão de dispositivo informático”, é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se

(A) da invasão resulta prejuízo econômico.

(B) o agente é movido pelo fim de obter lucro.

(C) o dispositivo invadido armazena dados da Administração Pública.

(D) a invasão é praticada mediante a prévia instalação de vulnerabilidade no sistema.

### 20. VUNESP - 2021

O crime do art. 154-A do CP, “invasão de dispositivo informático”,

(A) é de ação pública condicionada à representação, como regra.

(B) admite, apenas, ação penal pública incondicionada.

(C) somente se procede mediante representação.

(D) admite, apenas, ação penal privada.

### 21. VUNESP - 2022

Tendo em conta os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa **correta**:

(A) O crime de moeda falsa, na figura de quem restitui à circulação moeda que sabe ser falsa, admite a modalidade culposa.

(B) O crime de utilizar indevidamente selo ou sinal verdadeiro é crime material, pois exige a ocorrência de prejuízo ou vantagem para se caracterizar.

(C) O agente que falsifica selo ou sinal público e o usa, por expressa determinação legal, incide em dois crimes, em concurso formal.

(D) O crime de falsidade ideológica é crime de dolo genérico, não exigindo qualquer elemento subjetivo específico.

(E) O crime de falso reconhecimento de firma; de certidão ou atestado ideologicamente falso ou de atestado falso são próprios de médicos, funcionários públicos.

### 22. VUNESP - 2023

Para participar de um concurso de miss que admitia apenas mulheres com idade superior a 21 anos, como sempre aparentou ser mais velha, Margot alterou, em sua carteira de identidade, sua data de nascimento, aumentando a sua idade para 22 anos, quando ela possuía apenas 18, e apresentou este documento quando do ingresso no concurso.

Com referência aos crimes contra a fé pública, Margot praticou o crime de

(A) falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal.

(B) falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.

(C) falsidade de documento particular, previsto no artigo 298 do Código Penal.

(D) falsidade de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal.

(E) supressão de documento, previsto no artigo 305 do Código Penal.

### 23. VUNESP - 2022

Com relação à punição para o falsificador de documentos, é correto afirmar:

(A) é mais severa a pena para a falsificação de documentos públicos por se tratar de ato atentatório à fé pública e potencialmente mais danoso.

(B) independentemente da natureza dos documentos, a violação da verdade terá punição equitativa em decorrência da quebra de segurança das relações dos cidadãos.

(C) independentemente de se tratar de falsidade grosseira, há potencialidade lesiva e, portanto, é igualmente punível.

(D) é punido mais severamente o falsificador de documento formal e substancialmente público do que o falsificador de documento formalmente público e substancialmente privado.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## 1. VUNESP - 2024

Tendo em vista as disposições referentes ao inquérito policial e à ação penal, constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à representação é personalíssimo, e se extingue com a morte do ofendido, passando, no entanto, ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em caso de decisão judicial que o declarar ausente.
- (B) A representação poderá ser retratada a qualquer tempo, enquanto não proferida sentença.
- (C) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.
- (D) Da decisão de arquivamento do inquérito policial, se a vítima não concordar, cabe recurso à instância judicial competente e, nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, o recurso caberá à chefia do órgão a quem couber a representação.
- (E) Seja qual for o crime, se praticado em detrimento da União e dos Estados, a ação penal será pública; se em detrimento do Município, pública condicionada à representação.

## 2. VUNESP - 2023

É requisito expresso e inafastável para a formalização do acordo de não persecução penal

- (A) pena máxima inferior a 2 anos.
- (B) assinatura do acusado na presença do magistrado.
- (C) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumento, produto ou proveito do crime.
- (D) reparação do dano.
- (E) crime punido, apenas, com multa ou detenção.

## 3. VUNESP - 2023

Obsta o acordo de não persecução penal

- (A) confissão formal e circunstancial de crime que tenha pena de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção.
- (B) a existência de qualquer condenação por crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar, mesmo que ultrapassado o período depurador da reincidência.

(C) a existência de infrações penais pretéritas, ainda que insignificantes.

(D) a ausência de reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, mesmo que comprovada a impossibilidade do agente.

(E) ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração em transação penal ou suspensão condicional do processo.

## 4. VUNESP - 2022

Nos termos do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que a ação penal privada

(A) exclusiva, em caso de morte do ofendido antes do início da ação, esta poderá ser intentada, em qualquer prazo, entre outras pessoas, por seu irmão.

(B) exclusiva, em caso de morte do ofendido antes do início da ação, esta poderá ser intentada, em qualquer prazo, entre outras pessoas, por seu cônjuge.

(C) personalíssima só pode ser intentada pela vítima e, em caso de falecimento antes ou depois do início da ação, não poderá haver substituição para sua propositura ou seu prosseguimento.

(D) subsidiária da pública, findo o prazo do Ministério Público para oferecer denúncia, sem qualquer manifestação, poderá o ofendido oferecer a queixa e assumir definitivamente a ação penal, restando apenas ao Ministério Público o direito de aditar a queixa ou intervir no curso do processo.

(E) personalíssima só pode ser intentada pela vítima ou por seu representante legal e, em caso de falecimento antes ou depois do início da ação, não poderá haver substituição para sua propositura ou seu prosseguimento.

## 5. VUNESP - 2019

Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP,

(A) pode intervir em todos os termos do processo, contudo, sem capacidade recursal.

(B) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa.

(C) perde interesse processual e deixa de intervir nos autos.

(D) deixa de ser parte e passa a atuar como custos legítimos e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.

(E) pode aditar a queixa

#### 6. VUNESP - 2024

A respeito da ação civil ex delicto, é correto afirmar que a sentença

(A) homologatória de acordo de não persecução penal é título executivo para fins de reparação civil.

(B) absolutória, por exclusão da ilicitude putativa, obsta a propositura de ação ex delicto para fins de reparação do dano.

(C) condenatória transitada em julgado, ainda que extinta a pretensão executória da pena, é título executivo para fins de reparação civil.

(D) concessiva de perdão judicial, embora implique extinção da punibilidade, dada a natureza condenatória, é título executivo para fins de reparação civil.

(E) absolutória imprópria, por reconhecer a tipicidade e antijuricidade do fato, além da autoria, é título executivo para fins de reparação civil.

#### 7. VUNESP - 2023

Faz coisa julgada no juízo cível ou impede a propositura da ação civil a sentença penal que

(A) determinar o arquivamento do inquérito policial.

(B) absolver o acusado, decidindo que o fato imputado não constitui crime.

(C) absolver o acusado por não haver prova da existência do fato.

(D) absolver o acusado por ter sido o ato praticado em estado de necessidade.

(E) julgar extinta a punibilidade.

#### 8. VUNESP - 2023

Tendo em conta as disposições constantes do Código de Processo Penal, a respeito das medidas assecuratórias, é **correto** dizer que

(A) o sequestro é cabível tanto para bens móveis como imóveis, podendo recair em qualquer bem do acusado e não apenas sobre os adquiridos com recursos provenientes da prática delitiva, para garantir a reparação decorrente da prática delitiva.

(B) o sequestro de bens do acusado não tem cabimento na fase de inquérito policial, podendo ser decretado pelo Juiz, inclusive de ofício, mas se já iniciada a ação penal.

(C) decretado o sequestro, é possível oposição de embargos pelo acusado, desde que seja prestada caução que assegure a reparação do dano decorrente da prática delitiva.

(D) o Juiz poderá autorizar a utilização de bem sequestrado ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da CF para o desempenho de suas atividades, constatado o interesse público.

(E) a hipoteca legal é exclusiva para bens imóveis do acusado, podendo ser decretada de ofício pelo Juiz somente na fase de ação penal.

#### 9. VUNESP - 2021

Assinale a alternativa **correta** no que se refere ao sequestro (CPP, art. 125 a 144).

(A) O sequestro só é cabível após o oferecimento da denúncia ou queixa.

(B) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, a menos que já tenham sido transferidos a terceiro.

(C) Para a decretação do sequestro, são necessários indícios claros de autoria criminosa e indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

(D) O sequestro poderá ser embargado pelo acusado, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração.

#### 10. VUNESP - 2018

Sobre a restituição das coisas apreendidas e medidas assecuratórias, é correto afirmar que

(A) a restituição, quando cabível, poderá ser ordenada somente pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

(B) para efetivação do sequestro de bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mas que já tenham sido transferidos a terceiro, o juiz criminal deverá observar o contraditório e a ampla defesa antes de decidir sobre o pedido.

(C) das decisões relativas aos incidentes das restituições de coisas apreendidas e medidas assecuratórias cabem recurso em sentido estrito mediante formação de instrumento.

(D) em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz deverá decidir sobre a qual parte cabe o direito de propriedade e determinar a restituição em favor desta, em autos apartados, após ouvido o Ministério Público.

(E) das rendas dos bens móveis arrestados poderão ser fornecidos recursos arbitrados pelo juiz para manutenção do indiciado e de sua família.

### 11. VUNESP - 2023

No que concerne à prova em matéria de estado das pessoas, o CPP determina, no parágrafo único do art. 155, que

(A) são vedadas as vexatórias ou que atentem contra a moral e ordem pública.

(B) serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

(C) não se reproduzem em sede judicial as irrepetíveis.

(D) apenas se admitem documentos públicos em sua forma original.

(E) são admitidas todas que não são vedadas pela legislação processual em geral.

### 12. VUNESP - 2022

Tendo em vista os dispositivos penais relacionados à prova, constantes do Código de Processo Penal, é correto dizer que o sistema processual penal adotado pelo ordenamento brasileiro é

(A) acusatório, em que a iniciativa da prova é exclusiva das partes, sendo vedado ao Juiz determinar, de ofício, a produção de qualquer prova.

(B) acusatório, em que a prova é incumbência das partes, sendo permitido ao Juiz, contudo, atividade suplementar, como, por exemplo, a oitiva de testemunha não arrolada, imprescindível para elucidação de ponto relevante.

(C) misto, em que há uma fase investigatória conduzida por um Juiz, que pode determinar a produção de provas, de ofício, seguida de uma fase acusatória, presidida por Juiz diverso da primeira fase, em que a iniciativa da prova compete às partes.

(D) acusatório, em que a iniciativa da prova incumbe exclusivamente às partes, excepcionado o processo de apuração e julgamento das contravenções penais, em que a gestão da prova fica a cargo do Juiz.

(E) inquisitivo, já que, a despeito de incumbir às partes a prova das alegações feitas, o Juiz pode ordenar, de ofício, a produção de provas para dirimir dúvidas sobre ponto relevante.

### 13. VUNESP - 2022

É **correto** afirmar que, hodiernamente, a prova digital: (A) apesar de se tratar de meio de prova ilegítimo, admite-se a sua utilização na defesa do acusado.

(B) apesar de se tratar de meio de prova ilícito, admite-se a sua utilização na defesa do acusado.

(C) consiste em meio ilegítimo de prova, sendo vedada a sua utilização.

(D) consiste em meio lícito e legítimo de prova e seu uso encontra alicerce na legislação.

(E) consiste em meio ilícito de prova, sendo vedada a sua utilização.

### 14. VUNESP - 2022

Dispõe o art. 155 do CPP que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação

(A) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

(B) da prova, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas antecipadas.

(C) da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

(D) da prova, ficando a seu critério valorar os elementos colhidos em sede de investigação e em sede de instrução judicial, não havendo qualquer hierarquia entre eles.

(E) da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas, apenas, as provas cautelares previamente judicializadas.

### 15. VUNESP - 2018

Quanto às provas no processo penal, é **correto** afirmar que

(A) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

(B) quanto ao ônus da prova, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, para dirimir dúvida sobre ponto relevante, a pedido das partes, o juiz poderá determinar a realização de diligências, vedado fazê-lo de ofício.

(C) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo as provas ilícitas e as derivadas delas, mesmo que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

(D) no interrogatório, meio de prova e de defesa, o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

#### 16. VUNESP - 2019

Tício, preso preventivamente por roubo qualificado, foi interrogado por videoconferência. O estabelecimento em que foi recolhido não dispunha de sala própria que garantisse a segurança do juiz e dos demais serventuários. O Juiz, sem motivar a decisão, determinou a realização de interrogatório de Tício, por videoconferência, intimando as partes da decisão, com antecedência de 10 (dez) dias. No dia designado, o defensor do réu acompanhou o ato da sala de audiência do Fórum. Não houve qualquer defensor acompanhando Tício na sala do estabelecimento prisional. Tício e seu advogado também não tiveram entrevista prévia ao interrogatório. Iniciado o ato, o juiz indagou a Tício se ele teve assegurado o direito de entrevista prévia com o defensor e, em caso negativo, se desejava realizar contato telefônico, em linha telefônica própria, com o advogado, no que ele afirmou ter sido suficientemente orientado por seu defensor, em diversas outras oportunidades, seguindo-se o interrogatório. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) As partes devem ser intimadas da decisão que determinar a realização do interrogatório do réu por videoconferência com antecedência de 15 (quinze) dias, cuja inobservância implica nulidade do ato.

(B) O interrogatório por videoconferência de réu preso não pode ser determinado de ofício pelo Juiz, mas somente após pedido da autoridade administrativa responsável pela unidade prisional.

(C) O interrogatório por videoconferência, estando o réu preso por crime que envolve violência, é regra, sendo dispensável motivação pelo Juiz.

(D) O interrogatório por videoconferência, por ser medida excepcional, exige fundamentação idônea.

(E) O interrogatório por videoconferência de réu preso não prevê a garantia de entrevista prévia com o defensor do acusado, inexistindo, portanto, qualquer violação ao princípio da ampla defesa.

#### 17. VUNESP - 2021

Toda pessoa poderá ser testemunha. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Contudo, não se deferirá o compromisso, entre outras pessoas, aos

(A) doentes e deficientes mentais e aos cônjuges.

(B) ascendentes da vítima e aos menores de (14) quatorze anos.

(C) ascendentes do acusado e aos já condenados por falso testemunho.

(D) policiais que funcionaram no flagrante e aos descendentes do acusado.

(E) que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.

#### 18. VUNESP - 2020

Com relação às provas testemunhais previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar:

(A) se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação à testemunha, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

(B) a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, sendo que, na hipótese de ser o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, autoriza-se a apresentação do depoimento por escrito.

(C) as perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha. O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida. A adoção de tais medidas previstas deverá constar do termo, assim como os motivos que a determinaram.

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## 1. VUNESP - 2023

Suponha que tratado internacional assinado pelo Presidente da República e ratificado pelo Congresso Nacional disponha sobre a forma de realização de audiências em processos que tramitem perante o Judiciário brasileiro, mas que envolvam partes estrangeiras e a aplicação de norma material estrangeira. Nesta situação, é correto afirmar, com base na ordem jurídica nacional, que

(A) considera-se atentatória à ordem constitucional brasileira a adoção de normas convencionais ao processo civil que tramite em foro nacional.

(B) a norma processual prevista no tratado internacional aplica-se no processo que tramita na Jurisdição brasileira, desde a assinatura pelo Presidente da República.

(C) quando o processo civil envolver pessoa residente no exterior e a aplicação de lei estrangeira, aplica-se a lei processual estrangeira, independentemente da existência de tratado.

(D) caso já esteja em trâmite, no momento da entrada em vigor do tratado internacional, processo com as características mencionadas, a ele será aplicada, até a conclusão, a norma processual interna pré-existente.

(E) quando houver tratado internacional ratificado pelo Brasil que estabeleça sobre a situação das normas de caráter processual, estas prevalecerão sobre as normas internas brasileiras.

## 2. VUNESP - 2023

No que diz respeito ao direito processual intertemporal, é correto afirmar que

(A) a norma processual não retroagirá e será aplicável após a sua publicação, mesmo antes do término da vacatio legis aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

(B) a depender da data de intimação, o direito ao recurso contra as decisões unipessoais nasce com a publicação em cartório, secretaria do juízo ou inserção nos autos eletrônicos da decisão a ser impugnada, o que primeiro ocorrer.

(C) independentemente da data de intimação, nas decisões proferidas em primeira instância, o direito ao recurso contra as decisões unipessoais terá início com a publicação da decisão no Diário da Justiça, impresso ou eletrônico.

(D) aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC, em consonância com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(E) independentemente da data de intimação ou disponibilização de seu inteiro teor, o direito ao recurso contra as decisões colegiadas nasce na data em que proclamado o resultado da sessão de julgamento.

## 3. VUNESP - 2023

No que diz respeito aos princípios gerais do Processo Civil, é correto afirmar que o princípio

(A) da isonomia diz respeito apenas à igualdade formal.

(B) da ampla defesa, para que seja cumprido, exige a defesa concreta da parte.

(C) do contraditório pode ser material ou formal, sendo este último composto apenas pela obrigatoriedade da informação.

(D) da inafastabilidade da jurisdição engloba apenas o conceito retrospectivo, que diz respeito à lesão já sofrida.

(E) do juiz natural decorre de dois critérios: o formal e o substancial, sendo este o que se refere à imparcialidade dos magistrados.

## 4. VUNESP - 2022

O artigo 9º do Código de Processo Civil estabelece que “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. É correto afirmar que o princípio do contraditório,

(A) não se aplica à tutela da evidência.

(B) eventual é a regra no ordenamento jurídico.

(C) pode ser diferido diante de situações em que as decisões sejam provisórias.

(D) prévio é aquele caracterizado pela liminar concedida inaudita altera parte.

(E) não engloba o direito de influência, uma vez que o juiz não se sujeita ao contraditório.

### 5. VUNESP - 2022

Na relação jurídica, são pressupostos processuais

(A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.

(B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.

(C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.

(D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.

(E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

### 6. VUNESP - 2023

Os processos que versavam sobre união estável tramitavam em varas cíveis, ocorre que, em razão da alteração legislativa, a competência, para propositura de novas ações, foi alterada.

Para os processos em andamento, a competência

(A) não foi alterada em razão da perpetuatio iurisdictionis.

(B) não foi alterada uma vez que se trata de competência relativa.

(C) não foi alterada porque a competência se define no momento da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

(D) só deveria ser alterada em caso de supressão de órgão judiciário.

(E) deve ser alterada por se tratar de competência absoluta.

### 7. VUNESP - 2023

André e Fabiana eram casados há dezoito anos. Por incompatibilidade de ideias, resolveram se divorciar e, para tanto, propuseram ação de divórcio perante a 3ª Vara de Família do Município de Dois Rios, local de domicílio do casal. À época, decidiram não realizar a partilha dos bens, que, em sua maioria, imóveis, ficavam situados na cidade de Araras. Passados dois anos, Fabiana decidiu se mudar para a cidade de Terras Verdes. Durante o período, André sofreu um grave atropelamento que o deixou com lesões no cérebro, ficando impedido de exprimir a sua vontade. Sua irmã, Maria, residente em Itupé, foi nomeada curadora e André passou a residir na cidade vizinha Ituiuti. Diante

do ocorrido, Fabiana decidiu propor a ação de partilha de bens. Acerca do caso hipotético narrado, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a ação de partilha de bens deverá ser proposta em

(A) Araras, considerando que lá estão situados os bens do casal.

(B) Itupé, considerando ser Maria a curadora de André.

(C) Terras Verdes, considerando ser Fabiana a autora da ação.

(D) Dois Rios, considerando que é o local onde foi ajuizada a ação de divórcio.

(E) Ituiuti, considerando ser André atualmente incapaz.

### 8. VUNESP - 2023

Regina e Roberto moravam na cidade de Campo Limpo, casaram-se e tiveram um filho chamado Pedro. Em janeiro de 2021, decidiram se divorciar e, após o divórcio, Pedro, com cinco anos de idade, representado por sua mãe, propôs ação de alimentos em face de seu pai. A ação foi julgada procedente, condenando Roberto ao pagamento mensal de um salário mínimo. Em 2023, Roberto, em razão de uma proposta de emprego no qual receberia o dobro do salário, mudou-se para a cidade de Campos e Regina e Pedro para a cidade de Pontes, na qual o custo de vida era mais alto. Diante das alterações fáticas, Pedro, representado por sua mãe, decidiu propor uma ação revisional de alimentos. Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Código de Processo Civil e o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ação revisional

(A) deverá ser proposta na cidade de Campo Limpo, em razão do princípio da perpetuatio jurisdictionis.

(B) deverá ser proposta na cidade de Campos, por ser o novo domicílio de Roberto.

(C) será julgada improcedente, uma vez que o pedido de revisão de alimentos deveria ser feito na própria ação originária.

(D) deverá ser proposta na cidade de Pontes, por ser o novo domicílio de Pedro.

(E) poderá ser proposta em qualquer das comarcas, ficando a critério de Pedro.

**9. VUNESP - 2022**

A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. No entanto, será proposta no domicílio do autor

- (A) se o réu tiver mais de um domicílio.
- (B) ou onde for encontrado, se o réu tiver domicílio incerto ou desconhecido.
- (C) se o réu e o autor não tiverem domicílio ou residência no Brasil.
- (D) havendo dois ou mais réus com diferentes domicílios.
- (E) no caso de execução fiscal, em razão da prerrogativa da Fazenda Pública.

**10. VUNESP - 2021**

As partes, através de negócio jurídico processual, podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, sendo certo que

- (A) a eleição de foro produz efeito quando constar de instrumento escrito ou verbal, desde que expressamente atrelado a um determinado negócio jurídico.
- (B) o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (C) antes da citação, a cláusula de eleição de foro não pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz.
- (D) ao verificar a irregularidade de foro quando da citação do Réu, o oficial de Justiça deve comunicar o fato ao Juiz para as providências cabíveis.
- (E) citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.

**11. VUNESP - 2021**

O Código de Processo Civil prevê que ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação

- (A) que verse sobre direito real imobiliário, inclusive quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (B) possessória.
- (C) que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.
- (D) fundada em dívida contraída por um dos cônjuges, independentemente de ser revertido o proveito a bem da família.
- (E) resultante de fato que diga respeito a um dos cônjuges.

**12. VUNESP - 2021**

Quanto à capacidade para estar em juízo, (A) serão representados em juízo, ativa e passivamente, a autarquia e a fundação de direito público, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.

(B) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo se a providência couber ao autor e o réu será considerado revel, se a providência lhe couber.

(C) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nas hipóteses de comosse, independentemente do regime de bens.

(D) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação de bens.

**13. VUNESP - 2024**

Em um dia chuvoso, Juliana, dirigindo um carro, e Leandro, dirigindo uma moto, envolvem-se em um acidente. O carro de Juliana bate na traseira da moto de Leandro, que cai no chão e sofre apenas ferimentos leves. Juliana informa Leandro que possui seguro contra terceiros pela seguradora Viva Bem.

Diante da situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) Leandro não poderá ajuizar ação de indenização contra Juliana e a seguradora Viva Bem em litisconsórcio passivo.

(B) se Leandro ajuizar ação de indenização em face de Juliana e ela denunciar à lide a seguradora Viva Bem, esta não poderá ser condenada a pagar diretamente a Leandro sem que Juliana pague antes e, depois, o seguro faça apenas o ressarcimento.

(C) se Leandro ajuizar ação de indenização apenas em face de Juliana, cobrando as despesas do conserto, ela poderá chamar ao processo a seguradora Viva Bem.

(D) Leandro pode ajuizar, direta e exclusivamente, ação judicial em face da seguradora Viva Bem.

(E) se Leandro ajuizar ação em face de Juliana, ela poderá denunciar à lide a seguradora Viva Bem, que poderá ser condenada, de forma direta e solidária, a indenizar Leandro.

**14. VUNESP - 2023**

Sobre a denúncia da lide, considerando a jurisprudência dominante e atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) a denúncia pode ser promovida de ofício pelo juiz.
- (B) a denúncia deve ser admitida se o denunciante busca eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro.
- (C) o Código de Processo Civil em vigor prevê a obrigatoriedade da denúncia da lide nos casos de evicção.
- (D) o estado avançado do processo não recomenda o deferimento do pedido de denúncia da lide, sob pena de afronta aos mesmos princípios que o instituto busca preservar.

**15. VUNESP - 2023**

No que diz respeito ao atual entendimento acerca do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessária a intervenção do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) Há litisconsórcio passivo necessário quando requerida a desconsideração da personalidade jurídica, juntamente com outro pedido formulado na petição inicial ou incidentemente no processo em curso.
- (C) Não é cabível a concessão de tutela provisória de urgência em incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica não suspenderá a tramitação do processo de execução e do cumprimento de sentença em face dos executados originários.
- (E) Quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, incumbe ao sócio ou à pessoa jurídica, na contestação, impugnar não somente a própria desconsideração.

**16. VUNESP - 2022**

Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que

- (A) não pode ser instaurado na fase de cumprimento de sentença.
- (B) ele pode ser instaurado em qualquer fase do processo, e é dispensável quando a inicial contiver pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) ele jamais suspenderá a tramitação do processo.
- (D) ele é resolvido por uma sentença.

**17. VUNESP - 2022**

Acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença, não sendo cabível, entretanto, na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- (B) Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- (C) A instauração do incidente não suspenderá o processo, salvo se requerido na petição inicial.
- (D) O incidente será resolvido por sentença.
- (E) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração gratuita de bens será ineficaz em relação ao requerente, e as alienações onerosas serão anuláveis, mediante ajuizamento de ação pauliana, respeitados os direitos de terceiros de boa-fé.

**18. VUNESP - 2022**

Acerca do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado de ofício, a pedido da parte ou do Ministério Público, se este estiver atuando no processo como fiscal da lei.
- (B) O incidente de desconsideração é cabível apenas do processo de conhecimento.
- (C) Em regra, a instauração do incidente não suspenderá o processo, devendo o incidente e a ação principal serem julgadas em conjunto.
- (D) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- (E) O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais genéricos para desconsideração da personalidade jurídica.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. VUNESP - 2024

De acordo com parte da doutrina, os direitos fundamentais possuem significado como princípios básicos da ordem constitucional, participando da essência do Estado Democrático de direito, operando como diretriz e limite para sua ação. Além disso, os direitos fundamentais assumem um sistema de valores, que influem sobre todo o ordenamento jurídico, servindo de norte para ação de todos os poderes constituídos.

- Essas características estão diretamente associadas à
- (A) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
  - (B) dimensão objetiva dos direitos fundamentais.
  - (C) dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.
  - (D) eficácia programática dos direitos fundamentais.
  - (E) eficácia vertical dos direitos fundamentais.

## 2. VUNESP - 2022

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

## 3. VUNESP - 2019

No Brasil da atualidade, os direitos fundamentais são

- (A) normas de valor supraconstitucionais.
- (B) direitos que nascem e se fundamentam no princípio da soberania popular.
- (C) normas de eficácia plena e de aplicabilidade direta.
- (D) normas que podem ter conteúdo econômico-patrimonial.
- (E) não podem ser veiculados por meio de tratados e convenções internacionais.

## 4. VUNESP - 2023

Dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5o, XXIV, que “A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Também há previsão constitucional de desapropriação da propriedade urbana (CF, artigo 182, parágrafo 4o); de desapropriação da propriedade rural (CF, artigo 186) e de desapropriação de propriedade nociva, com a expropriação de glebas de terras em que sejam ilegalmente cultivadas plantas psicotrópicas (CF, artigo 243).

A desapropriação prevista no artigo 5o, XXIV, da Constituição Federal apresenta as seguintes características:

- (A) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem por ponto nodal a substituição da perda patrimonial por prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado, mas estabelece prévia e justa indenização em dinheiro.
- (C) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.
- (D) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

## 5. VUNESP - 2022

Hermes cometeu o crime de tráfico de entorpecentes e Narciso, podendo evitar, se omitiu para evitar o crime de terrorismo. Nessa hipótese, conforme estabelece a Carta Magna brasileira, é correto afirmar que

- (A) Hermes terá direito a fiança, mas seu crime é insuscetível de graça ou anistia, enquanto que Narciso não poderá sofrer punição pela mera conduta omissiva.
- (B) Hermes não terá direito a fiança, mas seu crime é suscetível de graça ou anistia, enquanto que Narciso terá direito a fiança e seu crime será suscetível de graça ou anistia.

- (C) ambos terão direito a fiança, mas ambos os crimes são insuscetíveis de graça ou anistia.  
 (D) Hermes terá direito a fiança, mas Narciso não, sendo que o crime daquele é insuscetível de graça ou anistia, mas o crime de Narciso admite ambos benefícios.  
 (E) ambos cometeram crimes inafiançáveis, ainda que Narciso tenha sido apenas omissivo, sendo ambos os crimes insuscetíveis de graça ou anistia.

#### 6. VUNESP - 2022

A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos fundamentais têm por características serem absolutos e universais, e o atributo da universalidade se estende ao polo passivo das relações jurídicas que ocorrem em torno de um direito fundamental.  
 (B) Todos os direitos fundamentais são considerados indisponíveis e inalienáveis e vinculam os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.  
 (C) A perda da nacionalidade poderá alcançar tanto o brasileiro nato quanto o brasileiro naturalizado.  
 (D) De acordo com a doutrina, o direito de sufrágio se limita ao direito de voto, de votar e de ser votado.  
 (E) A incapacidade civil absoluta e a condenação criminal transitada em julgado são hipóteses de perda dos direitos políticos.

#### 7. VUNESP - 2021

Assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal do Brasil de 1988 é classificada pela doutrina como constituição formal, dogmática e semirrígida.  
 (B) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar o texto constitucional, respeitando-se sempre a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal, exercitado, no Brasil, pelo Congresso Nacional.  
 (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, equiparam-se às emendas constitucionais, desde que respeitado o mesmo quorum qualificado para sua aprovação que aquele previsto às emendas constitucionais.  
 (D) O artigo 5o, XII, da Constituição Federal é considerado pela doutrina como norma de eficácia plena.  
 (E) Os artigos 6o e 7o, ambos da Constituição Federal, são considerados direitos humanos de 1a geração, conforme a doutrina.

#### 8. VUNESP - 2020

No tocante aos direitos e às garantias fundamentais, a Constituição Federal dispõe que as associações

- (A) não podem ser compulsoriamente dissolvidas, nem mesmo por decisão do Poder Judiciário transitada em julgado.  
 (B) somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.  
 (C) podem ser criadas, independentemente de autorização, e não podem sofrer interferência estatal em seu funcionamento.  
 (D) dependem de lei para serem criadas e não podem ter suas atividades suspensas, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.  
 (E) independem de autorização para serem criadas e somente podem ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

#### 9. VUNESP - 2019

Entre os Direitos e Garantias Fundamentais, descritos no artigo 5o da Constituição Federal, encontra-se o seguinte:

- (A) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.  
 (B) todos podem reunir-se pacificamente, com armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.  
 (C) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem administrativa, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.  
 (D) é assegurado a todos o acesso à informação, não sendo resguardado o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.  
 (E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de beligerância, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

**10. VUNESP - 2019**

Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

- (A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.
- (B) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.
- (C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.
- (D) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.

**11. VUNESP - 2019**

Entre os direitos e garantias fundamentais encontra-se o direito à imagem que, nos termos da doutrina,

- (A) não é um direito com âmbito de proteção autônomo, mas ligado à vida privada do indivíduo, com forte dependência do direito à intimidade.
- (B) visa à proteção da honra, reputação ou intimidade pessoal, desde que esses atributos tenham sido atacados, expostos e distorcidos.
- (C) é protegido não apenas contra a divulgação, sem autorização do titular, para fins comerciais, mas envolve proteção bem mais ampla, digna de seu enquadramento na esfera dos direitos de personalidade.
- (D) não se refere à proteção da imagem-retrato, mas da imagem-atributo, pois está ligada à imagem social da pessoa e à falsificação de sua personalidade.
- (E) não implica prestações positivas de proteção por parte do Estado, especialmente na esfera da organização e procedimento, onde a exposição pública, por si só, afasta essa proteção.

**12. VUNESP - 2018**

No capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Constituição Federal, está assegurado (a), nos termos da lei,

- (A) o décimo terceiro salário com base na remuneração proporcional ou no valor da aposentadoria.
- (B) a proteção do mercado de trabalho da mulher, independentemente de incentivos específicos.
- (C) a naturalização dos estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de dez anos.
- (D) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores.

(E) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário-mínimo.

**13. VUNESP - 2018**

A Constituição Federal estabelece no parágrafo 2o do art. 5o que “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.” A cláusula em questão

- (A) é inclusiva, porque permite o reconhecimento de direitos implicitamente positivados, os quais não encontram referência direta no texto constitucional.
- (B) é taxativa, ao considerar como direitos fundamentais somente aqueles que o constituinte desde logo assegurou a condição explícita de direitos fundamentais.
- (C) deixou de considerar os direitos dispersos ao longo do texto constitucional.
- (D) considera como acréscimo aos direitos fundamentais os expressamente enunciados nos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.
- (E) leva em conta que determinada norma atributiva de um direito ou enunciativa de garantia não é, também, uma norma de direito fundamental.

**14. VUNESP - 2021**

Nos termos da doutrina existente, sobre o Mandado de Segurança, é **correto** afirmar que, dentre outras particularidades,

- (A) é uma ação que visa a tutelar o patrimônio público, a moralidade, o meio ambiente, o patrimônio histórico e o patrimônio cultural, com exclusividade.
- (B) sua legitimidade ativa está atrelada à condição de ser “cidadão” no gozo de seus direitos políticos para a tutela do meio ambiente.
- (C) é uma ação que tem cabimento residual em relação ao *habeas corpus* e ao *habeas data*.
- (D) é uma ação judicial para combater a morosidade do Poder Público em sua função legislativa e regulamentadora.
- (E) tem eficácia material não plena, ou seja, é dependente de detalhamento de seu conteúdo para fins de incidência na realização dos direitos fundamentais.

**15. VUNESP - 2018**

A respeito do Mandado de Segurança, o Supremo Tribunal Federal afirmou que

- (A) é cabível nas hipóteses em que o regulamento tem efeito normativo genérico, e por isso mesmo sem operatividade imediata.

(B) não é cabível mandado de segurança contra atos que, tal qual lei, possuam densa abstração normativa.  
 (C) no mandado de segurança preventivo não há demonstração, ou fundado receio, de lesão a um direito por ato coator iminente.

(D) mandado de segurança impetrado contra lei em tese se confunde com o mandado de segurança preventivo.

(E) seu objetivo é proteger o indivíduo contra abusos praticados por autoridades públicas e não por agentes particulares em atribuições delegadas.

#### 16. VUNESP - 2024

Considerando o seu regime jurídico, a respeito do mandado de injunção, é correto afirmar que a respectiva sentença

(A) terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.

(B) terá eficácia *ultra partes* e *erga omnes*, salvo se o relator conferir-lhe eficácia limitada às partes.

(C) poderá ter seus efeitos estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator até o trânsito em julgado.

(D) proferida no mandato de injunção coletivo, induz litispendência em relação aos individuais.

(E) somente produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

#### 17. VUNESP - 2018

Assinale a alternativa correta a respeito do mandado de injunção.

(A) É cabível o mandado de injunção ainda que já exista norma regulamentadora do direito previsto na Constituição, se esta for defeituosa.

(B) Se houver algum documento necessário à prova do alegado, e esse não foi juntado com a petição inicial do mandado de injunção, o *writ* deve ser extinto, sem julgamento de mérito.

(C) A legislação vigente que regulamenta o mandado de injunção, em contrariedade ao que defendia a doutrina majoritária, acabou por afastar a teoria da decisão concretista desse instituto.

(D) Por não possuírem as características de associação, organização sindical ou entidade de classe, não podem ajuizar o mandado de injunção coletivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

(E) Em regra, o efeito do mandado de injunção será inter partes, mas, dependendo do caso, poderá ser atribuída eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à respectiva decisão judicial.

#### 18. VUNESP - 2019

Considere a seguinte situação hipotética: a empresa X Company, empresa constituída no Município de Campinas, identificou que a composição dos seus sócios está incorreta no banco de dados da Prefeitura de Campinas/ SP. No entanto, após solicitar a correção dos dados em questão mediante pedido administrativo formal, a Prefeitura se recusou a efetivar a correção, indicando que não se trata de informação relevante que demande serviço administrativo para corrigi-lo. Nesse caso, a partir dos remédios constitucionais trazidos pelo texto constitucional brasileiro, é correto afirmar que a Empresa X Company

(A) nada poderá fazer, pois, embora possua o direito de informação tutelado pela Constituição, não possui legitimidade ativa para impetrar nenhuma garantia constitucional.

(B) poderá impetrar Mandado de Segurança indicando que teve a violação de direito líquido e certo, pugnano pela concessão de decisão que obrigue a Prefeitura a permitir a correção dos dados.

(C) poderá ajuizar ação popular, uma vez que a conduta da Prefeitura importa em nítida improbidade administrativa que merece ser apurada pelo Poder Judiciário.

(D) poderá impetrar *Habeas Data*, pugnano que os dados relativos à sua empresa sejam devidamente corrigidos, uma vez que é titular de direito à informação protegido pelo texto constitucional.

(E) poderá impetrar Mandado de Segurança contra a Prefeitura, mas antes terá que interpor recurso administrativo contra a decisão que indeferiu o seu pedido, para não incorrer em supressão de instância.

#### 19. VUNESP - 2019

O elemento externo capaz de limitar ou até de restringir o acesso dos titulares de um direito fundamental social específico, face à limitação orçamentária do Estado, denomina-se

(A) intervenção orçamentária.

(B) intervenção seletiva.

(C) reserva do possível.

(D) interferência financeira.

(E) fundo residual.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. VUNESP - 2024

A respeito dos agentes públicos do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) Os servidores admitidos em caráter temporário, nos termos do inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, são regidos por legislação específica e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social durante o gozo de licença-maternidade.
- (B) Os servidores titulares de cargo efetivo são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social quando licenciados para tratar de interesses particulares.
- (C) Os servidores ocupantes de emprego público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e serão necessariamente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social quando afastados para ocupar, exclusivamente, cargo em comissão na Administração Direta.
- (D) Os titulares de mandato eletivo são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e permanecem necessariamente vinculados ao Regime Geral de Previdência Social quando afastados para exercer cargo de Secretário de Estado.
- (E) Os policiais militares são regidos pelo Estatuto das Forças Armadas e permanecem necessariamente vinculados ao Sistema de Proteção Social quando em gozo de licença-prêmio.

## 2. VUNESP - 2023

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68), é correto afirmar que:

- (A) as nomeações serão feitas, em regra, em caráter vitalício.
- (B) em regra, o Estatuto se aplica subsidiariamente aos funcionários do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- (C) em regra, o Estatuto se aplica aos militares do Estado de São Paulo.

- (D) os termos “cargo público” e “emprego público” se destinam a designar o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.
- (E) funcionário público, para fins do Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público.

## 3. VUNESP - 2023

Considere que João foi aprovado em concurso público destinado ao provimento de cargo efetivo. Após a apresentação dos documentos inicialmente solicitados pelo setor de recursos humanos do órgão público que irá integrar, foi-lhe informado que precisará passar por uma perícia médica, supostamente necessária para atestar a sua boa saúde. Dentre os documentos que entregou, contudo, consta atestado emitido pela Secretaria de Segurança Pública, no qual é informado que João é indiciado em inquérito policial pela possível prática de contravenção penal de “jogo de azar”.

Com base no cenário exposto e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

- (A) caso o laudo constate deficiência de capacidade física, comprovadamente estacionária, esta não constituirá impedimento para a posse no cargo público, desde que não impeça o desempenho normal das funções que lhe são inerentes.
- (B) o fato de ser indiciado por prática de contravenção o impede, conforme expressamente previsto em Lei, de ser considerado como dotado de “boa conduta” e consequentemente tomar posse no cargo.
- (C) o atestado de boa saúde é necessário para avaliar possível concessão de benefício previdenciário futuro, mas não pode ser imposto como condição para provimento do cargo.
- (D) a perícia médica realizada por órgão médico oficial do Estado pode ser substituída por Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente.
- (E) João não poderá tomar posse no cargo, pois a legislação impõe que o servidor público apresente certidão negativa cível e criminal.

**4. VUNESP - 2023**

O ato pelo qual o funcionário assume as atribuições e responsabilidade do cargo é a(o)

- (A) Nomeação.
- (B) Progressão.
- (C) Desempenho.
- (D) Posse.
- (E) Exercício.

**5. VUNESP - 2022**

Assinale a alternativa que apresenta todas as espécies de provimento nos cargos públicos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968.

- (A) Nomeação; reintegração; reversão; e reaproveitamento.
- (B) Concurso; homologação; posse; e entrada em exercício.
- (C) Concurso; reintegração; remoção; reversão; e readaptação.
- (D) Nomeação; transferência; reintegração; acesso; reversão; aproveitamento; e readmissão.
- (E) Posse; nomeação; transferência; acesso; e aproveitamento.

**6. VUNESP - 2022**

De acordo com a Lei nº 10.621/68 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo), assinale a alternativa **correta**.

- (A) O servidor preso em flagrante, preventiva ou temporariamente, ou pronunciado será considerado afastado do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado.
- (B) As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Pública Estadual serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a 25% do vencimento ou da remuneração.
- (C) Considera-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de faltas abonadas, observados os limites previstos em lei.
- (D) A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado.
- (E) A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, inclusive com o pagamento das verbas de natureza indenizatória.

**7. VUNESP - 2022**

Considere que, por necessidade do serviço, um agente público prestou serviço de forma extraordinária pelo período de uma semana. Com base no Estatuto dos Servidores do Estado de São Paulo, é **correto** afirmar que

- (A) a gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga em valor fixo e por dia de trabalho prorrogado.
- (B) o período de trabalho também poderia ser prorrogado por decisão do servidor público, sempre que a medida atender de forma indireta o interesse público.
- (C) o servidor fará jus ao recebimento de gratificação por serviço extraordinário, pois o Estatuto não prevê a possibilidade de instituição do sistema de compensação de horas.
- (D) caso tenha sido instituído sistema de compensação de horas, não será necessário o pagamento de horas extraordinárias.
- (E) a prestação de serviço extraordinário deverá contar com a concordância do servidor e não poderá exceder 4 (quatro) horas diárias de trabalho.

**8. VUNESP - 2019**

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade denomina-se

- (A) reintegração.
- (B) reversão.
- (C) aproveitamento.
- (D) readmissão.
- (E) readaptação.

**9. VUNESP - 2024**

Sobre a Administração Pública e os servidores públicos do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) o prazo de validade do concurso público é de até três anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- (B) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros.
- (C) os adicionais por tempo de serviço e as sextas-partes são incorporados aos vencimentos, desde que os servidores não sejam remunerados por subsídios.
- (D) os cargos de provimento efetivo destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) o direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil e militar.

**10. VUNESP - 2023**

Considere que Mário foi nomeado para ocupar cargo efetivo no Estado de São Paulo e está em exercício há seis meses. Como estudou por dois anos para ser aprovado no concurso público e possui grande expectativa para ter um merecido descanso, procura o setor de pessoal a que está vinculado, para tirar dúvidas sobre férias. Joana, que trabalha nesse setor, poderá informar, com base na Lei nº 10.261/68, de forma correta que:

- (A) de acordo com a Lei, Mário terá o direito de receber as verbas de natureza indenizatória, tais como auxílio-alimentação e auxílio-transporte.
- (B) o período de férias é considerado como de efetivo exercício e nele o funcionário perceberá todas as vantagens.
- (C) as férias acumuladas, por necessidade de serviço, poderão ser convertidas em pecúnia, mediante autorização de seu chefe imediato.
- (D) Mário poderá gozar, no primeiro exercício, de sessenta dias de férias.
- (E) por se tratar de direito fundamental, o período de férias não poderá ser reduzido, em função de faltas justificadas.

**11. VUNESP - 2022**

Considere que Joana tem 62 (sessenta e dois) anos e é servidora pública do Estado de São Paulo há quarenta anos. Faz quatro meses que ela apresentou na repartição competente pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito. Com base na Constituição do Estado de São Paulo, é **correto** afirmar que

- (A) Joana poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade, pois já se passaram noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária.
- (B) como a repartição pública tem até 180 (cento e oitenta) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária, Joana deverá continuar trabalhando até tal prazo ter decorrido, sob pena de receber punições administrativas.
- (C) como já se passaram mais de 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do requerimento da aposentadoria voluntária, Joana deverá enviar uma carta com aviso de recebimento para a repartição, informando que em até 30 (trinta) dias cessará o exercício da função pública.

(D) Joana deverá comunicar formalmente ao setor responsável que já se passaram mais de 30 (trinta) dias da apresentação do seu requerimento de aposentadoria voluntária e, se mantida a inércia por mais 15 (quinze) dias, poderá cessar o exercício da função pública.

(E) a repartição pública tem até 120 (cento e vinte) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária formulado por Joana.

**12. VUNESP - 2018**

De acordo com o ordenamento jurídico em vigor, em especial a legislação paulista, o servidor público

- (A) ocupante de cargo em comissão legará pensão por morte calculada nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, desde que vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social.
- (B) estável faz jus a adicional por tempo de serviço após cada período de cinco anos de exercício, desde que ininterrupto.
- (C) ocupante de cargo efetivo não fica jungido a quaisquer deveres previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos quando não estiver no exercício de suas funções.
- (D) ocupante de cargo efetivo, após noventa dias decorridos da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, poderá cessar o exercício da função pública se obtiver autorização fundamentada de sua chefia.
- (E) ocupante de cargo efetivo poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge e de parentes de até segundo grau, sem remuneração e limitada ao prazo máximo de seis meses.

**13. VUNESP - 2022**

Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual no 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.
- (C) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.

(D) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.

(E) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.

#### 14. VUNESP - 2019

Conforme disciplinado na Lei no 10.261/68, assinale a alternativa **correta**.

(A) É vedado a qualquer pessoa reclamar sobre erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público.

(B) A Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição quando julgá-la ilegal.

(C) Ao servidor público é assegurado o direito de pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, e recorrer de decisões, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

(D) É assegurado a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos.

(E) É assegurado à pessoa jurídica interessada para defesa de seus direitos, após o pagamento das devidas taxas, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder.

#### 15. VUNESP - 2024

Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata. Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta. Tendo em vista essa situação hipotética, é correto afirmar com base na Lei Estadual no 10.261/1968 que:

(A) Fulano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não se exige do servidor público estadual autorização para estabelecer residência fora do local de lotação.

(B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.

(C) Fulano violou dever funcional, pois se considera incompatível com o dever de assiduidade e pontualidade a situação de servidor que vive em outro estado, ainda que em cidade vizinha.

(D) Beltrano violou dever funcional ao não cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho, comportando-se como um delator.

(E) Beltrano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que há interesse público envolvido na exposição pública da repartição e do colega, ainda que antes do devido processo administrativo.

#### 16. VUNESP - 2024

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 56 e 57.

Maria é psicóloga de formação e funcionária pública estadual em São Paulo. A pedido de alguns colegas, após seguidos casos de depressão no ambiente profissional, Maria resolve criar um grupo de apoio, por ela coordenado, com o objetivo de atuar sobre a melhora da saúde mental dos colegas. Embora as reuniões do grupo ocorram em sala da repartição e em horário de expediente, não há apoio oficial do órgão no qual trabalha, motivo pelo qual Maria cobra dos colegas uma remuneração de R\$ 100 por hora de sessão como forma de remuneração profissional.

Tendo em vista a situação hipotética descrita no texto, é correto afirmar, com base na Lei Estadual no 10.261/1968, que:

(A) Maria pode receber elogio formal em seu histórico profissional, por sintetizar com sua ação o dever de cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.

(B) a finalidade beneficente da ação da servidora, interessada em ajudar os colegas, afasta qualquer irregularidade na sua conduta.

(C) a utilização de espaço da repartição, juntamente à realização de sessões em horário de expediente, não representam mau uso dos bens públicos postos à disposição dos funcionários.

(D) Maria violou preceitos éticos aplicáveis aos servidores públicos estaduais, por violar a privacidade alheia, envolvendo-se com aspectos pessoais da vida dos colegas.

(E) Maria violou a lei ao ignorar a proibição do exercício do comércio entre os companheiros, proibição que se aplica não apenas ao comércio de bens, mas também de serviços.

# DIREITO CIVIL

## 1. VUNESP - 2022

Cessar, para os menores, a incapacidade

(A) pela concessão dos pais, ou de apenas um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

(B) pela existência de relação de emprego que proporcione ao menor com quinze anos completos economia própria.

(C) pelo exercício de emprego público ou privado efetivo, desde que o menor tenha mais de 14 anos.

(D) pela colação de grau em curso de ensino médio técnico em estabelecimento oficial ou ensino superior.

(E) pelo estabelecimento comercial que proporcione ao menor com dezesseis anos completos economia própria.

## 2. VUNESP - 2019

Pode-se corretamente afirmar que o menor de 17 anos de idade divorciado é:

(A) capaz.

(B) incapaz.

(C) relativamente incapaz.

(D) capaz, se foi expressamente requerida no divórcio a não revogação da emancipação.

(E) capaz, desde que emancipado pelos pais, por meio de escritura pública.

## 3. VUNESP - 2018

O tema capacidade civil foi alvo de recente alteração. Com efeito, com a entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão, o Código Civil foi modificado e passou a vigor com novas diretrizes. Acerca do tema capacidade civil, assinale a alternativa **correta**.

(A) Apenas os menores impúberes são considerados absolutamente incapazes.

(B) Os negócios eventualmente praticados por pessoas sem nenhum discernimento são absolutamente inválidos, ou seja, nulos de pleno direito, considerando que tais pessoas são absolutamente incapazes.

(C) Os toxicômanos são absolutamente incapazes.

(D) A prodigalidade não é causa limitadora da capacidade civil.

(E) A emancipação voluntária poderá ser feita em conjunto pelos pais a partir do momento em que o adolescente completar quinze anos, sendo levada a cabo mediante instrumento público ou particular.

## 4. VUNESP - 2018

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. No entanto, a capacidade pode ser relativa ou absoluta em algumas situações.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

(A) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(B) São relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(C) São relativamente incapazes aqueles que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(D) São relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

(E) São absolutamente incapazes aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos.

## 5. VUNESP - 2018

A existência da pessoa natural termina com a morte. Presume-se a morte:

(A) com decretação de ausência depois de esgotadas todas as buscas e averiguações sobre a pessoa, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

(B) com decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

(C) sem decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

(D) sem decretação de ausência se a pessoa desaparecer do seu domicílio sem deixar representante ou procurador.

(E) simultânea se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, ainda que seja possível averiguar se o falecimento de um deles precedeu ao do outro.

**6. VUNESP - 2023**

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) O exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária, mesmo que não seja permanente e nem geral, em razão da indisponibilidade destes.
- (B) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade prescreve em 10 (dez) anos.
- (C) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (D) O uso não autorizado da imagem de menores de idade pode gerar dano moral, desde que comprovada ofensa a direito da personalidade.
- (E) A voz humana encontra proteção nos direitos da personalidade, desde que entendida como parte integrante do direito à imagem ou do direito à identidade pessoal.

**7. VUNESP - 2019**

Assinale a alternativa que corresponde, em regra, às características do direito da personalidade.

- (A) Absoluto, imprescritível, inato e vitalício.
- (B) Intransmissível, renunciável, absoluto e inalienável.
- (C) Extrapatrimonial, o exercício pode sofrer limitação voluntária, absoluto e alienável.
- (D) Vitalício, transmissível, absoluto e inalienável.
- (E) Inato, absoluto, vitalício e prescritível.

**8. VUNESP - 2019**

Numa associação composta de 75 associados, um grupo de 10 associados pretende convocar os órgãos deliberativos para decidir as seguintes propostas:

- I. destituir os administradores;
- II. alterar o estatuto social para instituir categorias especiais de associados;
- III. alterar o estatuto para que não mais seja permitida a transmissão da condição de associado.

Considerando a situação acima relatada, bem como a disciplina das associações constante do Código Civil, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a destituição dos administradores, de competência da assembleia geral, pode ser realizada em assembleia especial, desde que aprovada por 2/3 dos associados.
- (B) não poderia o estatuto vedar a transmissão da condição de associado.
- (C) os 10 associados não têm o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos para deliberar as propostas.

(D) a lei veda a instituição de categorias de associados com vantagens especiais.

(E) a alteração do estatuto, de competência da assembleia geral, pode ser realizada em assembleia ordinária, desde que aprovada pela unanimidade dos associados.

**9. VUNESP - 2019**

Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,

- (A) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
- (B) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.
- (C) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.
- (D) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa,

**10. VUNESP - 2022**

O domicílio será

- (A) voluntário, que decorre do ajuste entre as partes de um contrato.
- (B) legal, que decorre de mandamento da lei, em atenção à condição especial de determinadas pessoas, como, por exemplo, o domicílio do incapaz.
- (C) de eleição, que se presta a estabelecer o domicílio das pessoas jurídicas, sendo certo que o domicílio do Município é no lugar onde funcione a administração municipal.
- (D) aparente, quando decorrer do ato de livre vontade do sujeito que fixa residência em um determinado local, com ânimo definitivo.
- (E) vinculado, nos casos em que, sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado.

**11. VUNESP - 2019**

Conforme disciplina do Código Civil, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, salvo disposição legal em sentido contrário, são bens

- (A) dominicais.
- (B) particulares.
- (C) de uso comum do povo.

- (D) de uso especial.  
(E) públicos de natureza privada.

### 12. VUNESP - 2018

Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

- (A) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.  
(B) Consideram-se bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.  
(C) Os bens naturalmente divisíveis só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.  
(D) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.  
(E) São bens imóveis o solo, o subsolo e o espaço aéreo e apenas o que se lhe incorporar artificialmente.

### 13. VUNESP - 2023

Sobre bens públicos, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.  
(B) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados.  
(C) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado a que se tenha dado estrutura de direito público.  
(D) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e externo.  
(E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.

### 14. VUNESP - 2019

Acerca dos bens públicos, pode-se **corretamente** afirmar que

- (A) todos bens públicos são inalienáveis.  
(B) somente os bens de uso comum do povo são alienáveis, observadas as exigências da lei.  
(C) somente os bens dominicais são alienáveis, observadas as exigências da lei.  
(D) somente os bens de uso especial são inalienáveis, observadas as exigências da lei.  
(E) todos os bens públicos são alienáveis, observadas as exigências da lei.

### 15. VUNESP - 2019

No que diz respeito às disposições gerais do negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) a renúncia ao negócio jurídico interpreta-se estritamente.  
(B) os negócios jurídicos benéficos interpretam-se amplamente.  
(C) quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa, o silêncio importa em negativa.  
(D) em regra, a validade da declaração da vontade depende de forma especial.  
(E) em regra, a capacidade relativa de uma das partes deve ser invocada pela outra em benefício próprio, sob pena de prescrição.

### 16. VUNESP - 2019

De acordo com o Código Civil, sobre o negócio jurídico, é **correto** afirmar:

- (A) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.  
(B) a impossibilidade relativa inicial do objeto o invalida.  
(C) a validade da declaração de vontade depende de forma especial, mesmo na ausência de previsão legal.  
(D) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.  
(E) os benéficos e a renúncia serão interpretados estritamente.

### 17. VUNESP - 2019

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

- (A) I-concessão de emancipação pelos pais;  
II - pacto antenupcial;  
III - renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.  
(B) I-pacto antenupcial;  
II- compromisso de compra e venda;  
III - constituição do direito de superfície.  
(C) I- contrato de constituição de renda;  
II - contrato de locação;  
III - pacto antenupcial.  
(D) I -constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;  
II - concessão de emancipação pelos pais;  
III - convenção de condomínio edilício.

**18. VUNESP - 2018**

Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

**19. VUNESP - 2018**

O silêncio circunstanciado

- (A) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.
- (B) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.
- (C) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) pode produzir efeitos jurídicos.

**20. VUNESP - 2018**

A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.

No que diz respeito ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (D) Nas declarações de vontade, se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- (E) Em regra, o silêncio das partes importa em negativa do negócio jurídico.

**21. VUNESP - 2023**

Miguel recebeu procuração de Joana para representá-la durante o período de seis meses em que ela ficará ausente do país. Durante o período, Miguel, como mandatário de Joana, perdoou dívida dela cujo devedor era sua esposa, Pietra. Diante da situação hipotética, de acordo com o disposto no Código Civil, o perdão da dívida é um negócio jurídico

- (A) nulo, em razão do excesso de poder caracterizado pelo conflito de interesses entre Miguel e Joana.
- (B) anulável, em razão do conflito de interesses entre Miguel e Joana, se tal fato era do conhecimento de Pietra.
- (C) anulável, com prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- (D) nulo, com prazo prescricional de 2 (dois) anos.
- (E) válido, considerando que os poderes de representação de Miguel foram conferidos por mandato.

**22. VUNESP - 2023**

Acerca da lesão e da teoria da imprevisão, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a desproporção entre a prestação do devedor e a obrigação da outra parte existir desde o nascimento da relação contratual, não é caso de aplicação da teoria da imprevisão, mas sim da lesão.
- (B) Para a configuração da lesão, é necessária a presença do elemento subjetivo, qual seja, o dolo de aproveitamento; já na teoria da imprevisão, é desnecessária qualquer investigação sobre o elemento subjetivo das partes, tendo em vista a adoção do critério da desproporcionalidade objetiva.
- (C) A lesão e a teoria da imprevisão são equivalentes e podem ser utilizadas sempre que se verificar a qualquer momento uma desproporção manifesta entre a prestação devida e a contraprestação, tendo em vista a função de preservação do sinalagma das relações obrigacionais.
- (D) A lesão abrange qualquer desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e a prestação da outra parte; a desproporção na teoria da imprevisão, mesmo não manifesta, deve resultar em quebra da equivalência das prestações entre as partes.
- (E) A teoria da imprevisão permite que o devedor, independentemente de decisão judicial, não cumpra a prestação que se tornou desproporcional; a lesão, ao contrário, requer prévio pronunciamento judicial.

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL

## 1. VUNESP - 2024

Movida a ação de Execução Fiscal em face da empresa Alvorada S/A, olvidou-se o Procurador de mencionar na petição inicial o número de inscrição no cadastro de pessoa jurídica (CNPJ) da executada e de anexar o demonstrativo do débito exequendo. Em decorrência, a petição inicial foi indeferida pelo Juízo.

Nessa situação hipotética,

(A) a indicação do CNPJ da executada constitui informação primordial que deve constar do texto da petição inicial, a fim de que se possa atribuir os efeitos da sentença à pessoa certa e determinada, omissão que, por si só, já justifica o indeferimento da inicial.

(B) a ausência do demonstrativo do cálculo do débito exequendo torna inviável a certeza quanto ao valor da causa, omissão que, por si só, já justifica o indeferimento da inicial.

(C) a falta da indicação do CNPJ e do demonstrativo do cálculo do débito exequendo não são requisitos exigidos pela lei que rege o executivo fiscal, de modo que o indeferimento da inicial se mostra equivocado.

(D) ainda que a inicial pudesse ser emendada para fazer constar a indicação do CNPJ, a ausência do demonstrativo do cálculo do débito exequendo tornaria inviável tal determinação, visto que o valor a ser exigido, por consistir no mérito da ação, justifica o indeferimento da inicial.

(E) a juntada do demonstrativo do cálculo do débito exequendo poderia ser objeto de emenda da inicial, todavia a ausência do CNPJ inviabiliza tal possibilidade por estar relacionado a uma das condições da ação.

## 2. VUNESP - 2023

A respeito da ação de execução fiscal, é correto afirmar que

(A) se trata de uma ação mandamental de conhecimento, por meio da qual a Fazenda Pública cobra crédito tributário líquido e certo.

(B) por se tratar de modalidade de ação de cobrança, na execução fiscal, é elemento necessário de instrução da petição inicial o demonstrativo de cálculo do débito.

(C) quando frustrada a citação por correio com aviso de recebimento, bem como a citação por oficial de justiça, admite-se, na execução fiscal, a citação por edital.

(D) a recuperação judicial implica a suspensão das execuções fiscais e dos seus respectivos atos constitutivos.

(E) a execução fiscal se sujeita ao concurso de credores na falência, devido ao princípio do juízo universal.

## 3. VUNESP - 2023

Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Lei nº 6.830/80.

(A) Se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar, o oficial de Justiça deverá requerer autorização do juízo para efetivação da penhora.

(B) A Certidão de Dívida Ativa não poderá ser emendada ou substituída se o executado já tiver exercido o seu direito de defesa por meio dos embargos.

(C) O executado será citado para, no prazo de 10 dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos ou garantir a execução.

(D) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição e o executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 dias.

(E) A inscrição na dívida ativa suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 90 dias, ou até a distribuição da respectiva execução fiscal.

## 4. VUNESP - 2023

De acordo com a Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa **correta** no que se refere a embargos à execução fiscal.

(A) São admitidas reconvenção, compensação, e as exceções serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

(B) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

(C) Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental.

(D) Caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública manifestar-se-á sobre a garantia da execução, não podendo adjudicar os bens penhorados antes do leilão.

(E) Sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado para, no prazo de 10 (dez) dias remir o bem, se a garantia for real.

#### 5. VUNESP - 2023

Movida ação de execução fiscal em face de João Maduro para cobrança da dívida pública no valor de R\$ 150.000,00 e cujo credor é a Fazenda Pública do Município de São Paulo, necessária a citação de João para que pague a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garanta a execução, observadas as normas da Lei no 6.830/1980.

Ocorre que João, encontrando-se ausente do País, deverá ser citado por

- (A) edital, com prazo de 30 dias.
- (B) edital, com prazo de 60 dias.
- (C) carta rogatória, com prazo de 90 dias.
- (D) edital, com prazo de 15 dias.
- (E) carta rogatória, com prazo de 30 dias.

#### 6. VUNESP - 2023

Determina a Lei nº 6.830/1980 que à Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária

- (A) civil e financeira.
- (B) civil e penal.
- (C) administrativa e financeira.
- (D) civil e comercial.
- (E) administrativa e penal.

#### 7. VUNESP - 2023

Em sede de execução fiscal,

(A) por conveniência da unidade da garantia do feito, o juiz, de ofício, deverá ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor, caso em que serão redistribuídos ao Juízo da última distribuição.

(B) a Fazenda Pública, findo o leilão e havendo licitantes, terá preferência e poderá adjudicar os bens penhorados pelo preço da avaliação, no prazo de 60 dias.

(C) o juiz suspenderá o curso do processo, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, sem prejuízo da contagem do prazo prescricional.

(D) compete à Fazenda Pública baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa respectiva, em Juízo ou fora dele, e aprovar, inclusive, os modelos de documento de arrecadação.

(E) no curso do processo, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente, não sendo considerada para esse fim sua realização mediante vista dos autos, ainda que com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.

#### 8. VUNESP - 2021

José, contribuinte do ISS (Imposto Sobre Serviços), foi notificado pelo Fisco Municipal de Auto de Infração e Imposição de Multa, como sendo devedor de determinada quantia devida a título do imposto, sobre prestação de serviço que José entende não ter realizado. Diante da situação hipotética, José poderá

(A) promover ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária no prazo de 5 anos.

(B) promover ação de repetição de indébito após ter pago o valor a fim de evitar a execução fiscal.

(C) impetrar mandado de segurança, mediante prova contábil de que não realizou a prestação.

(D) consignar o valor exigido, a fim de discutir o débito.

(E) promover ação para o fim de anular o Auto de Infração e Imposição de Multa.

#### 9. VUNESP - 2021

Sobre a execução judicial da dívida ativa com base na Lei no 6.830/1980, assinale a alternativa correta.

(A) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 360 (trezentos e sessenta) dias.

(B) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição em Dívida Ativa, sendo dispensada a autenticação pela autoridade competente.

(C) Até o trânsito em julgado da ação de execução, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

(D) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, excetuados os da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

(E) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez.

**10. VUNESP - 2021**

No que respeita ao processo de execução fiscal, assinala a alternativa que está em consonância com as disposições da Lei no 6.830/80.

(A) Se da decisão que suspender o curso da execução tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

(B) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.

(C) Não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia real prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 30 dias remir o bem.

(D) A arrematação será precedida de edital, afixado no local de costume, na sede do Juízo, e publicado em resumo, uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial, sendo que o prazo entre as datas de publicação do edital não poderá ser superior a 30 e nem inferior a 15 dias.

(E) Em sede de embargos do devedor, não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas em autos apartados e serão processadas e julgadas antes dos embargos.

**11. VUNESP - 2020**

Em sede de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la, uma vez transcorrido o prazo prescricional que, nesse caso, é contado da data em que

(A) o juiz determinar a suspensão do curso da execução.

(B) for proposta a execução fiscal.

(C) o juiz ordenar o arquivamento.

(D) for inscrita a dívida como dívida ativa.

(E) for expedida a Certidão de Dívida Ativa.

**12. VUNESP - 2020**

A respeito dos embargos à execução fiscal, é correto afirmar que

(A) possuem natureza jurídica equivalente à da contestação na ação de conhecimento.

(B) em caso de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, fica assegurada ao executado a devolução do prazo para os embargos.

(C) o executado oferecerá embargos no prazo máximo de 15 (quinze) dias da intimação para a penhora.

(D) não se admite a produção de prova testemunhal nos embargos à execução fiscal.

(E) o credor-embargado poderá apresentar reconvenção contra o devedor-embargante após intimação dos embargos à execução fiscal.

**13. VUNESP - 2019**

Nos termos da Lei nº 6.830/80, pode-se afirmar que a petição inicial da execução fiscal

(A) deverá ser acompanhada da planilha de cálculo do valor do débito.

(B) poderá conter requerimento para a citação e para penhora de bem específico indicado pela Fazenda Pública.

(C) deverá especificar as provas que serão produzidas pela Fazenda Pública.

(D) deverá indicar, como valor da causa, o valor da dívida constante da certidão, sem os encargos legais.

(E) poderá constituir um único documento juntamente com a CDA.

**14. VUNESP - 2019**

As execuções fiscais em âmbito municipal devem respeitar as regras previstas na Lei no 6.830/80, dentre elas:

(A) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, sendo ela relativa, não podendo ser ilidida por prova inequívoca a cargo do credor.

(B) a petição inicial indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para a citação, sendo dispensável o demonstrativo de cálculo do débito.

(C) não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora só poderá recair sobre bens do executado, e de terceiros, com o consentimento expresso ou tácito.

(D) em qualquer fase do processo será deferida pelo juiz à Fazenda Pública a substituição da penhora por depósito em dinheiro, dependendo da ordem prevista em lei.

(E) a Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, sendo que a prática dos atos judiciais dependerá de preparo ou de prévio depósito.

#### 15. VUNESP - 2019

O Município ajuíza execução fiscal para cobrar débito de ISSQN lançado de ofício após procedimento administrativo, em razão da prestação de serviços de aluguel de roupas de festa sem o devido recolhimento do tributo. O estabelecimento comercial não reconhece esse débito, sob o fundamento de que a locação não é fato gerador do ISSQN. Nesse caso, para defender o seu direito, o estabelecimento

(A) somente poderá interpor embargos à execução depois de garantido o juízo, pois a execução fiscal já foi ajuizada.

(B) poderá ajuizar ação anulatória para desconstituir o lançamento de ofício, podendo depositar o montante integral do débito para excluir sua exigibilidade.

(C) deverá impetrar mandado de segurança para suspender a exigibilidade do crédito tributário, independentemente de caução.

(D) poderá ajuizar ação cautelar fiscal para suspender a execução fiscal e, em seguida, propor ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária.

(E) deverá ajuizar ação consignatória para poder discutir a inexistência de relação jurídica-tributária com o Município.

#### 16. VUNESP - 2019

Conforme prevê a Lei nº 6.830/1980, a petição inicial da execução fiscal indicará apenas

(A) a qualificação das partes, o juiz a quem é dirigida e a descrição dos fatos que levam à execução.

(B) o juiz a quem é dirigida, o pedido, o requerimento para a citação e a descrição dos fatos que levam à execução.

(C) o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para a citação.

(D) a qualificação das partes, a descrição dos fatos que levam à execução, a legislação aplicável e o valor da causa.

#### 17. VUNESP - 2019

Segundo a disciplina estabelecida pela lei que rege a execução fiscal, é **correto** afirmar que

(A) a petição inicial indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para citação.

(B) a petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um documento único.

(C) a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento expresso na petição inicial.

(D) o executado ausente do País será citado por edital com prazo de 180 dias.

(E) o despacho do juiz, que ordenar a citação, suspende a prescrição.

#### 18. VUNESP - 2019

Em relação à cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, dispõe a Lei no 6.830/80:

(A) a Certidão de Dívida Ativa, que conterà os mesmos elementos do Termo de Inscrição, independe de autenticação por qualquer autoridade competente, e, após a distribuição da ação da execução, não poderá ser emendada ou substituída.

(B) a Dívida Ativa da União será apurada e regularmente inscrita na Secretaria da Receita Federal e goza da presunção absoluta de certeza e liquidez, não podendo ser ilidida pelo executado ou terceiro a quem aproveite.

(C) o executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos; sendo a citação realizada pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma, e, se o aviso de recepção não retornar no prazo de 30 (trinta) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias.

(D) a penhora ou arresto de bens obedecerá a ordem em lei estabelecida e, excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

(E) não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos pelos quais se obrigou, se a garantia for real.

# MATEMÁTICA

## 1. VUNESP - 2024

Uma empresa vende determinado produto em três tipos de embalagens: de 4 unidades, de 6 unidades ou de 8 unidades. Atualmente, a empresa tem 1 251 unidades desse produto para embalar. Seja  $N$  o menor número natural tal que, acrescentando-se  $N$  unidades do produto às 1 251 unidades já disponíveis, seja possível escolher qualquer um dos três tipos de embalagens e, usando apenas o tipo de embalagem escolhida, distribuir a nova quantidade, de acordo com a capacidade da embalagem e sem sobrar produto fora de embalagem.

O número  $N$  está entre

- (A) 15 e 19.
- (B) 3 e 7.
- (C) 19 e 23.
- (D) 11 e 15.
- (E) 7 e 11.

## 2. VUNESP - 2024

O fluxo de veículos em certo trecho de uma via é controlado por dois semáforos que possuem apenas a luz verde (indicando que a passagem está liberada) e a luz vermelha (indicando proibição de passagem). Um desses semáforos fica com a luz verde acesa por 1 minuto e 10 segundos, e outro, por 2 minutos e 30 segundos, e passam, ao fim de cada fase verde, para a fase vermelha. Esses dois semáforos ficam 50 segundos na fase vermelha, passando em seguida para a fase verde. Considerando que à 0h de certo dia os dois semáforos iniciaram a liberação de passagem, nesse dia, o último momento em que esses semáforos iniciaram a fase vermelha foi às

- (A) 23h59min10s.
- (B) 23h59min20s.
- (C) 23h59min30s.
- (D) 23h59min40s.
- (E) 23h59min50s.

## 3. VUNESP - 2024

Em uma universidade, duas linhas de ônibus, A e B, passam pelo ponto de ônibus do Instituto de Matemática em intervalos regulares de tempo. Nesse ponto, um ônibus da linha A passa a cada 40 minutos, e um ônibus da linha B passa a cada 28 minutos. Os ônibus dessas linhas começam a circular na universidade a partir das 4h30min

e antes das 5h e passam pelos pontos até, no máximo, às 23h45min. Certo dia, às 8h, passaram por esse ponto do Instituto um ônibus de cada uma das linhas A e B. Nesse dia, o número de vezes em que passaram no ponto do Instituto de Matemática, ao mesmo tempo, ônibus das linhas A e B foi

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6

## 4. VUNESP - 2023

Uma empresária tem 120 unidades de um produto A e 300 unidades de um produto B, e quer montar o maior número possível de kits, cada um deles contendo  $x$  unidades do produto A e  $y$  unidades do produto B, de modo a não haver sobras desses produtos.

Sendo assim, a quantidade total de produtos em cada kit será  $x + y$ , ou seja,

- (A) 10.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

## 5. VUNESP - 2023

Um assistente social presta serviços voluntários em duas instituições: em uma delas, de 4 em 4 dias; em outra, de 6 em 6 dias, independentemente de os dias serem durante a semana ou no final de semana, ou, ainda, feriados. Na primeira quarta-feira de julho, dia 5, ele prestou serviços em ambas as instituições. Isso significa que o dia imediatamente posterior em que ele prestou serviços em ambas as instituições, no mesmo dia, foi

- (A) um domingo.
- (B) uma segunda-feira.
- (C) uma terça-feira.
- (D) uma quarta-feira.
- (E) uma quinta-feira.

**6. VUNESP - 2023**

Um total de 3 mil panfletos, sendo 1,2 mil da empresa Alfa e 1,8 mil da empresa Beta, deverão ser divididos em envelopes, contendo a mesma quantidade de panfletos em cada envelope, de modo a se obter o maior número de envelopes possível, e que cada um deles seja composto por  $x$  panfletos da empresa Alfa e  $y$  panfletos da empresa Beta. Para tanto, a diferença  $y - x$  deverá ser igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

**7. VUNESP - 2023**

Uma pessoa, que trabalha com comércio eletrônico, possui 3 sites, A, B e C, cujas senhas de acesso são trocadas regularmente. A senha do site A é utilizada por oito dias, sendo trocada no nono dia. A senha do site B é utilizada por 11 dias, e é trocada no décimo segundo dia, e a senha do site C é utilizada por 15 dias e trocada no décimo sexto dia. Se essas três senhas foram trocadas no dia 1º de abril, e sabendo que os meses de abril e junho têm 30 dias e que os meses de maio e julho têm 31 dias, então, a próxima vez em que isso irá ocorrer, será no mês de agosto, no dia

- (A) 22.
- (B) 23.
- (C) 24.
- (D) 25.
- (E) 26.

**8. VUNESP - 2024**

Considere a seguinte informação publicada em uma agência estadual de notícias:

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) investiu R\$ 880,3 milhões, no primeiro semestre de 2023, na melhoria do saneamento básico. Esse montante é 15,3% maior do que o montante investido na melhoria do saneamento básico, no mesmo período do ano anterior.

(<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Sanepar-amplia-em-15-investimento-no-1o-semester-para-aumentar-o-saneamento>). Adaptado

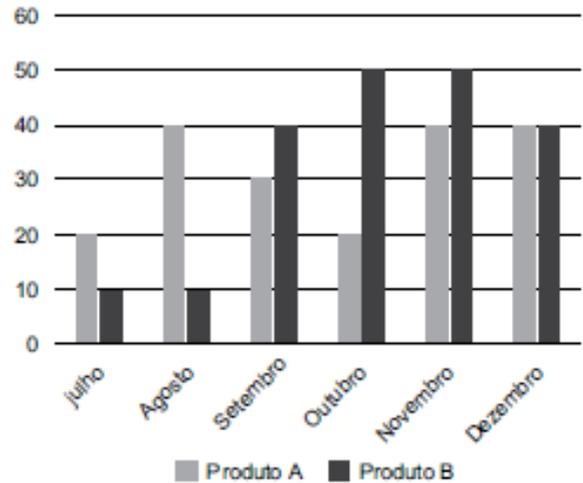
Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o montante investido na melhoria do saneamento básico, pela Sanepar, no primeiro semestre de 2022, ficou entre

- (A) R\$ 760 milhões e R\$ 770 milhões.
- (B) R\$ 740 milhões e R\$ 750 milhões.
- (C) R\$ 750 milhões e R\$ 760 milhões.
- (D) R\$ 770 milhões e R\$ 780 milhões.
- (E) R\$ 780 milhões e R\$ 790 milhões.

**9. VUNESP - 2024**

O gráfico apresenta as quantidades de unidades de um produto A e de um produto B, que foram vendidas em um comércio, no segundo semestre de 2023:

Vendas no segundo semestre de 2023 (em unidades)



Em determinado mês, o acumulado de unidades vendidas do produto A, naquele semestre, igualou-se ao acumulado de unidades vendidas do produto B. O acumulado de unidades do produto B vendidas até o referido mês, correspondeu, do total de unidades vendidas do produto B no semestre, a

- (A) 45%
- (B) 65%
- (C) 50%
- (D) 60%
- (E) 55%

**10. VUNESP - 2024**

Três descontos sucessivos de 10%, seguidos de um acréscimo de 30%, correspondem a um desconto de

- (A) 0%.
- (B) 5,23%.
- (C) 6,83%.
- (D) 7,73%.
- (E) 9,48%.

**11. VUNESP - 2024**

Em uma cidade, a razão entre o número de pessoas e o número de animais domésticos é de  $\frac{12}{5}$ . Se o número de pessoas dessa cidade aumentar em 15%, e o número de animais domésticos diminuir em 924, a razão indicada passará a ser de  $\frac{15}{4}$ . O número atual de pessoas na cidade é

- (A) 8 000.
- (B) 8 400.
- (C) 8 800.
- (D) 9 200.
- (E) 9 600.

**12. VUNESP - 2024**

No início de 2023, uma parte dos 680 funcionários de uma empresa possuía plano de saúde. Ao longo daquele ano, 80% dos funcionários que não tinham plano de saúde contrataram um, e, entre os que tinham plano de saúde, 5% cancelaram seu plano. No fim de 2023, a empresa possuía o mesmo quadro de funcionários do início do ano, sendo que, nesse momento, 553 deles possuíam plano de saúde. O número de funcionários que contrataram plano de saúde ao longo de 2023 foi

- (A) 464.
- (B) 480.
- (C) 496.
- (D) 512.
- (E) 528.

**13. VUNESP - 2024**

Um produto sofreu as seguintes alterações sucessivas de um preço inicial P:

- Redução de 3%
- Aumento de 2%
- Aumento de 100%

Um único número decimal que deve ser utilizado para multiplicar o preço P de modo a obter o novo preço após essas três alterações é:

- (A) 2,0124.
- (B) 1,99.
- (C) 1,9788.
- (D) 1,95.
- (E) 1,9436.

**14. VUNESP - 2023**

Considere a tabela a seguir, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do ano de 2020:

*Distribuição dos Municípios, total e com algum programa que concede o benefício do aluguel social, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – 2020*

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios	Municípios com algum programa que concede o benefício do aluguel social
Brasil	100%	55,1%
Até 5 000	22,4%	9,7%
De 5 001 a 10 000	21,5%	10,5%
De 10 001 a 20 000	23,9%	13,5%
De 20 001 a 50 000	20,0%	12,4%
De 50 001 a 100 000	6,3%	4,5%
De 100 001 a 500 000	5,0%	3,8%
Mais de 500 000	0,9%	0,7%

(IBGE. Adaptado)

Considerando-se que, em 2020, o Brasil tinha 5 570 municípios, o número total de municípios com tamanho da população acima de 50 000 habitantes, sem programa que concede o benefício do aluguel social era maior que

- (A) 170 e menor que 180.
- (B) 180 e menor que 190.
- (C) 190 e menor que 200.
- (D) 200 e menor que 210.
- (E) 210 e menor que 220.

**15. VUNESP - 2023**

Sobre o preço de venda de determinado produto, praticado em agosto do ano passado, foi aplicado um aumento de 20% e, uma semana após o aumento, foi dado um desconto de 10% sobre o novo valor. Depois do desconto, o preço de venda do produto passou a ser de R\$ 162,00. O desconto aplicado de 10% correspondeu a

- (A) R\$ 17,20.
- (B) R\$ 17,40.
- (C) R\$ 17,60.
- (D) R\$ 17,80.
- (E) R\$ 18,00.

**16. VUNESP - 2023**

Jonas saiu de casa com uma certa quantia em dinheiro.

Ele realizou algumas compras, em sequência, sempre gastando exatamente a quinta parte da quantia que ele tinha no momento da compra.

O número de compras que ele realizou para passar a ter, após essa última compra, menos do que a metade da quantia com a qual saiu de casa é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

# INFORMÁTICA

## 1. VUNESP - 2024

Tem-se a seguinte estrutura de pastas do Microsoft Windows 10, exibida no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão, em dois momentos, ANTES e DEPOIS.

ANTES	DEPOIS
▼ Temp ▼ 2024_01 Eventos	▼ Temp ▼ Eventos 2024_01

Assinale a alternativa que indica o(s) passo(s) que deve(m) ser executado(s) para transformar a estrutura do momento ANTES para o momento DEPOIS.

- (A) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta Temp e depois mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Eventos.
- (B) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta 2024\_01, apenas.
- (C) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta Temp, apenas.
- (D) Mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Temp e depois mover a pasta Eventos para dentro da 2024\_01.
- (E) Mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Eventos, apenas.

## 2. VUNESP - 2024

Tem-se a seguinte imagem, do Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.

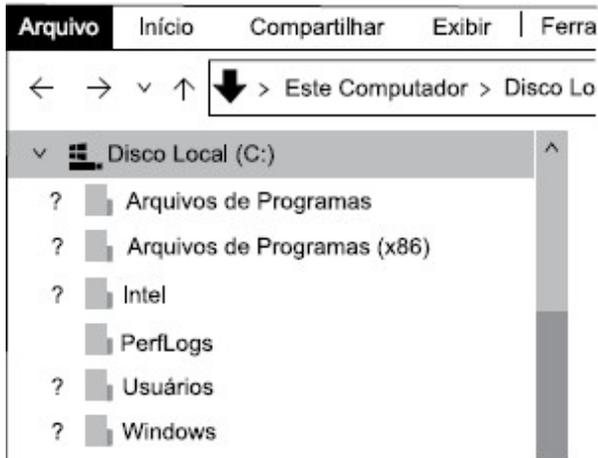
<input type="checkbox"/> Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 Projeto.docx.txt	25/04/2023 21:33	Documento de Texto	5 KB

Ao efetuar um duplo clique sobre o arquivo da imagem, com o botão primário do mouse,

- (A) será aberto o Microsoft Word com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (B) serão abertos ambos o Bloco de Notas e o Microsoft Word com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (C) será aberto o Bloco de Notas com o conteúdo do arquivo Projeto.docx.txt.
- (D) o Windows irá apresentar um erro.
- (E) nenhum aplicativo será aberto.

### 3. VUNESP - 2023

A imagem a seguir mostra o canto superior esquerdo da tela do programa Explorador de Arquivos, integrante do MS-Windows 10 em sua configuração padrão, que está sendo utilizado por um usuário para visualizar o conteúdo do disco rígido de seu computador:



Clicando com o mouse sobre as pastas que possuem um caractere especial precedendo seu nome, exatamente nas posições indicadas pelo sinal de interrogação (?), esse usuário percebeu que essas pastas, além de arquivos, também possuíam outras pastas internamente. Esse caractere especial é o

- (A) >.
- (B) +.
- (C) #.
- (D) @.
- (E) %.

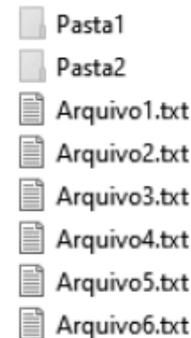
### 4. VUNESP - 2023

Um usuário criou um atalho na Área de Trabalho de seu Windows 10, em sua configuração padrão, para o arquivo C:\TEMP\Projetos.txt. Ao dar um duplo clique com o mouse sobre o atalho, com o botão principal do mouse, considerando que o arquivo C:\TEMP\Projetos.txt existe, será iniciado o

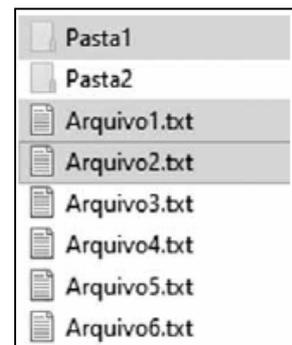
- (A) Explorador de Arquivos, abrindo a pasta C:\TEMP.
- (B) Bloco de Notas, já com o arquivo Projetos.txt aberto.
- (C) Bloco de Notas com um arquivo em branco e outro Bloco de Notas, já com o arquivo Projetos.txt aberto.
- (D) Bloco de Notas, já com o arquivo Projetos.txt aberto e também será iniciado o Explorador de Arquivos, abrindo a pasta C:\TEMP.
- (E) Bloco de Notas com um arquivo em branco.

### 5. VUNESP - 2023

Considere uma pasta do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, com o conteúdo exibido a seguir.



Usando o Explorador de Arquivos, se o usuário pressionar a tecla CTRL e, com o botão principal do mouse, clicar em Pasta1, Arquivo1.txt e Arquivo2.txt, nessa sequência, o resultado será o exibido na imagem a seguir.



Assim, se o usuário soltar a tecla CTRL, pressionar a tecla SHIFT e, com o botão principal do mouse, clicar em Arquivo6.txt, o(s) arquivo(s) selecionado(s) será(ão)

- (A) Arquivo6.txt, apenas.
- (B) Pasta1, Arquivo1.txt, Arquivo2.txt, Arquivo6.txt, apenas.
- (C) Arquivo2.txt, Arquivo3.txt, Arquivo4.txt, Arquivo5.txt, Arquivo6.txt, apenas.
- (D) Pasta1, Arquivo1.txt, Arquivo2.txt, Arquivo3.txt, Arquivo4.txt, Arquivo5.txt, Arquivo6.txt, apenas.
- (E) Pasta1, Pasta2, Arquivo1.txt, Arquivo2.txt, Arquivo3.txt, Arquivo4.txt, Arquivo5.txt, Arquivo6.txt.

### 6. VUNESP - 2023

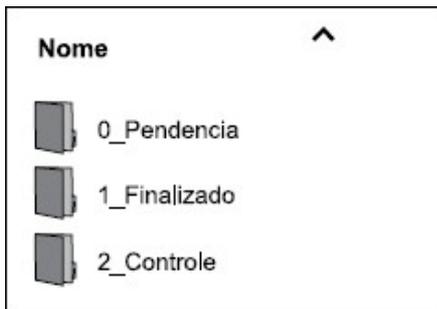
Em um computador com Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário está com os aplicativos Paint, Bloco de Notas, Calculadora e Painel de Controle abertos. Todas as janelas estão maximizadas, sendo que a janela ativa é o Bloco de Notas. Logo atrás dela estão,

nesta ordem, Calculadora, Paint e Painel de Controle. Um usuário, pressionou a tecla de logotipo do Windows + D para exibir a Área de trabalho. Isso significa que as janelas

- (A) de todos os 4 aplicativos foram minimizadas.
- (B) de todos os 4 aplicativos foram fechadas.
- (C) da Calculadora, Paint e Painel de Controle foram fechadas, e a janela do Bloco de Notas foi minimizada.
- (D) do Paint, Painel de Controle e Bloco de Notas foram minimizadas, e a Calculadora passou a ser exibida.
- (E) do Paint, Painel de Controle e Calculadora foram minimizadas, e a do Bloco de Notas manteve-se sendo exibida.

### 7. VUNESP - 2023

Usando o Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração original, um usuário abriu a pasta C:\TEMP e criou 3 subpastas com os nomes a seguir.



Para criar uma nova subpasta, de forma a ser a primeira da lista mantendo a mesma regra de ordenação da imagem anterior, o nome dela deverá ser

- (A) A\_Recebidos
- (B) 00\_Recebidos
- (C) 0A\_Recebidos
- (D) Z\_Recebidos
- (E) -1\_Recebidos

### 8. VUNESP - 2023

Um usuário do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, está com várias janelas abertas de diferentes aplicativos.

Para alternar entre janelas abertas de aplicativos, ele pode utilizar o atalho por teclado:

- (A) Tab + Ctrl
- (B) Esc + Tab
- (C) Alt + Tab
- (D) Ctrl + Alt
- (E) Ctrl + Esc

### 9. VUNESP - 2023

Tem-se um computador com Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, com a Lixeira do Windows vazia e a pasta C:\TEMP contendo apenas 1 arquivo, chamado listagem.txt. Um usuário apagou esse arquivo pressionando a tecla DEL. Em seguida, criou um novo arquivo texto usando o Bloco de Notas, e o gravou na pasta C:\TEMP com o nome de listagem.txt. Algum tempo depois, esse usuário abriu a Lixeira do Windows e encontrou o arquivo listagem.txt, que havia sido apagado com a tecla DEL. Assinale a alternativa que apresenta o resultado da ação, quando o usuário clica com o botão secundário do mouse sobre esse arquivo, na lixeira do Windows, e seleciona a opção Restaurar.

- (A) O arquivo listagem.txt que está na Lixeira é recuperado e sobrepõe o arquivo listagem.txt que existia na pasta C:\TEMP, mantendo assim apenas 1 arquivo na pasta C:\TEMP.
- (B) O arquivo listagem.txt que está na Lixeira é recuperado na pasta C:\TEMP com o nome de listagem1\_recuperado.txt, mantendo assim 2 arquivos na pasta C:\TEMP.
- (C) Uma nova pasta é criada dentro de C:\TEMP com o nome de RECUPERADOS, o arquivo listagem.txt que está na Lixeira é recuperado dentro dessa nova pasta.
- (D) O Windows exibe uma mensagem de alerta, informando que já existe um arquivo chamado listagem.txt, e oferece ao usuário como uma das opções, sobrepor o arquivo atualmente existente.
- (E) O Windows exibe uma mensagem de erro e não permite a recuperação.

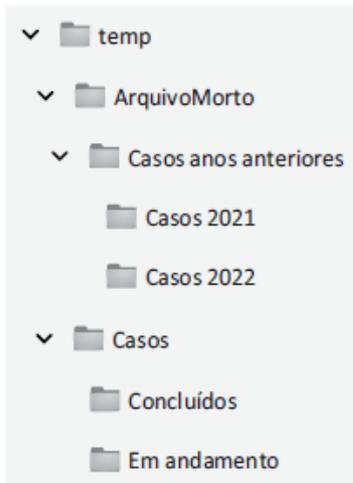
### 10. VUNESP - 2023

Uma das formas de acionar a Ferramenta de Captura do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, para tirar print da tela, é por meio do atalho por teclado

- (A) Windows + Shift + S
- (B) Alt + Shift + C
- (C) Windows + R
- (D) Ctrl + Alt + R
- (E) Windows + Ctrl + J

**11. VUNESP - 2023**

Usando o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um delegado de polícia precisa encontrar um arquivo chamado “casos”. Ele sabe que o arquivo está dentro da estrutura de pastas apresentada a seguir, mas não sabe em qual pasta exata o arquivo está gravado.



Para localizar esse arquivo em todas as pastas da imagem anterior, de uma só vez, é preciso digitar “casos” na caixa de pesquisa do Explorador de Arquivos, também em sua configuração original, após selecionar a pasta

- (A) Concluídos.
- (B) Casos anos anteriores.
- (C) temp.
- (D) Casos.
- (E) ArquivoMorto.

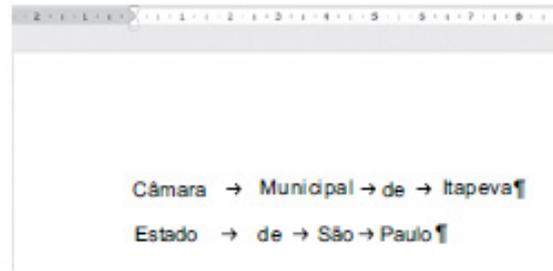
**12. VUNESP - 2023**

Um usuário tem um arquivo chamado Relatorio.txt, dentro da pasta C:\TEMP, criado no Microsoft Windows 10, em sua configuração original. Ao selecionar esse arquivo, através do Explorador de Arquivos, também em sua configuração original, clicar com botão secundário do mouse, selecionar a opção Enviar para e clicar em Área de trabalho (criar atalho), o Windows vai criar um atalho na Área de Trabalho e

- (A) apagará o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP.
- (B) abrirá automaticamente o arquivo Relatorio.txt sempre que o Windows for iniciado.
- (C) não fará nenhuma alteração no arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP.
- (D) marcará o o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP como oculto, apenas.
- (E) marcará o o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP como oculto e somente leitura.

**13. VUNESP - 2024**

Tem-se o seguinte texto, editado no Microsoft Word 2016, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo ativadas.



Um usuário abriu a janela Localizar e substituir e digitou um caractere de espaço em branco ( ) no campo “Localizar:” e depois digitou dois pontos ( : ) no campo “Substituir por:”, e finalmente clicou em Substituir Tudo.

Assinale a alternativa com o resultado da operação, sem as marcas de parágrafo ativadas.

- (A) Câmara:Municipal:de:Itapeva Estado:de:São:Paulo
- (B) Câmara:Municipal:de:Itapeva:Estado:de:São:Paulo
- (C) Câmara Municipal de Itapeva Estado de São Paulo
- (D) Câmara:Municipal:de:Itapeva Estado:de:São:Paulo
- (E) Câmara:Municipal:de:Itapeva Estado de São Paulo

**14. VUNESP - 2024**

Tem-se o seguinte documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, com as marcas de parágrafo ativadas.

